



Número: **0812467-95.2016.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO SUMÁRIO**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **17/11/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ (AUTOR)		MARCELO VITOR JALES RODRIGUES (ADVOGADO) JERONIMO AZEVEDO BOLAO NETO (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)		WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
6585454	27/06/2016 20:23	Petição Inicial	Petição Inicial
6585459	27/06/2016 20:23	DOCS E PEDIDO ADM	Documento de Comprovação
6591553	01/07/2016 08:31	Despacho	Despacho
8298018	08/11/2016 15:52	Ata da Audiência	Ata da Audiência
8464621	23/11/2016 10:52	Termo	Termo
8464636	23/11/2016 10:52	0812467-95.2016	Ata da Audiência
8657692	07/12/2016 14:33	Contestação	Contestação
8657716	07/12/2016 14:33	CONTESTAÇÃO RN - JONAYHAN MEDEIROS X LIDER - NEGATIVA ADM - NÃO COBERTO PELO SEGURO DPVAT - SEM COBE	Contestação
8657736	07/12/2016 14:33	Portaria SUSEP 34 02 08 2016 - Mudança de Razão Social Seguradora Líder-DPVAT	Outros documentos
8657757	07/12/2016 14:33	PROCURAÇÃO LIDER - 17.05.2016 - ok	Outros documentos
8657786	07/12/2016 14:33	SEGURADORA LÍDER - KIT ATUAL red Parte2	Outros documentos
8735179	16/12/2016 10:57	Certidão	Certidão
9212463	09/02/2017 15:58	Sentença	Sentença
9243883	10/02/2017 09:49	Intimação	Intimação
9940095	04/04/2017 10:37	Petição	Petição
9940251	04/04/2017 10:37	PETIÇÃO DE JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONDENACAO	Outros documentos
9940255	04/04/2017 10:37	DrCalc EasyCalc- Cálculos financeiros e judiciais pela web.atualizado	Outros documentos
9940258	04/04/2017 10:37	PAGAMENTO	Outros documentos

10131 785	19/04/2017 12:58	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
10131 847	19/04/2017 13:00	Intimação	Intimação
10169 362	24/04/2017 08:28	Termo	Termo
10169 366	24/04/2017 08:28	0812467-95.2016 Ofício BB	Ofício
10192 854	25/04/2017 09:15	REQUERIMENTO	Petição
11542 567	27/07/2017 07:13	Despacho	Despacho
11560 933	27/07/2017 10:00	Intimação	Intimação
11687 308	04/08/2017 09:14	Petição	Petição
13181 475	14/11/2017 11:03	Despacho	Despacho
13337 736	29/11/2017 09:14	Despacho	Despacho
16824 758	02/01/2018 11:18	Habilitação em processo	Petição
18565 171	26/01/2018 10:49	Intimação	Intimação
24737 809	18/04/2018 10:51	Petição	Petição
24738 615	18/04/2018 10:49	PETIÇÃO - JUNTADA - COMPROVANTE PAGAMENTO CONDENAÇÃO	Outros documentos
24738 471	26/04/2018 11:35	calculo escritorio	Outros documentos
24738 491	26/04/2018 11:34	COMPROVANTE	Documento de Comprovação
25663 563	04/05/2018 09:46	Certidão	Certidão
25663 583	04/05/2018 09:46	Of 0812467-95.2016 BB	Ofício
26165 330	10/05/2018 09:50	REQUERER LIBERAÇÃO ALVARAS	Petição
25799 906	10/05/2018 09:53	Despacho	Despacho
26380 856	15/05/2018 09:50	Intimação	Intimação
26665 576	23/05/2018 13:02	Petição	Petição
29101 536	31/07/2018 11:20	Sentença	Sentença
29758 676	07/08/2018 09:12	Alvará	Alvará
29759 177	07/08/2018 09:47	Alvará	Alvará
29926 896	09/08/2018 15:18	Intimação	Intimação

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) DE UMA DAS VARAS CÍVEIS DIREITO DA
COMARCA DE MOSSORÓ/RN**

JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ, brasileiro, solteiro, desempregado, portador do RG nº 003.072.354, CPF nº 105.838.984-08, residente e domiciliado à Rua Maria Isabel da Conceição, nº 12, Aeroporto, Mossoró/RN, por intermédio de seus procuradores, com endereço profissional constante do rodapé da página, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ

-

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, podendo ser citada por intermédio de seu representante legal na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar – Centro, Rio de Janeiro – CEP: 20031205, pelos fatos e fundamentos a seguir delineados:

I – PRELIMINARMENTE – DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA:



A parte demandante não possui condições financeiras para arcar com as custas do processo sem que isso afete o seu sustento e o de sua família. Destarte, requer o benefício da **Justiça Gratuita**, conforme dispõe a Lei nº 1.060/50, com alterações da Lei nº 7.510/86.

Assim, Excelência, é indubitável que a parte autora não tem condições de pagar as custas processuais sem que isso implique na impossibilidade de seu próprio sustento e de sua família.

II – DOS FATOS:

No dia 08/03/2015, por volta das 15h30min, a parte demandante trafegava em um veículo tipo TRAXX, na Rua Cel Glicerio Cícero, próximo à Escola Estadual Professor Hermógenes Nogueira da Costa, Bairro Santo Antônio, quando um carro tipo CELTA, que estava no mesmo sentido, realizou uma conversão repentina à sua frente, não havendo, portanto, chance de evitar a colisão, e, em virtude desta, sofreu várias lesões.

Em razão desse acidente, a parte requerente foi sozinha até a UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-UPA, localizada no bairro Belo Horizonte, nesta cidade de Mossoró/RN, onde foram constatados vários ferimentos, os quais prejudicaram a sua mobilidade e lhe causaram certas limitações.

Diante desses fatos, a parte demandante procurou receber pela via administrativa os valores a que tinha direito através do Seguro DPVAT. Entretanto teve o pedido de indenização negado conforme carta enviada ao beneficiário.

Destarte, não resta outra saída senão socorrer-se no Judiciário para conseguir a diferença indenizatória a que tem direito, no valor de R\$ 13.500,00.

III – DO DIREITO – INDENIZAÇÃO REFERENTE AO SEGURO DPVAT – PAGAMENTO MEDIANTE SIMPLES DEMONSTRAÇÃO DO ACIDENTE- INTELIGENCIA DA LEI 6.194/74.

-

O Seguro DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto (vias terrestres).



A Lei nº 6.194/74, que regula o seguro DPVAT, sofreu fortes transformações com o advento da lei nº 11.945/09. Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passaram a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médicas e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (destacou-se)

Acontece Excelência, que, em que pese o seguro já ter sido pleiteado na seara administrativa, a demandada não pagou à parte autora o que era devido.

Ao contrario de mencionar a promovida, a Lei em comento determina o pagamento da indenização mediante a SIMPLES ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, mas, no entanto, as seguradoras, dentre as quais figura a requerida, procuram inviabilizar o DPVAT, fundando sua posição em resoluções e circulares, as quais encontram em rota de colisão com o dispositivo legal acima delineado.

O direito à percepção do seguro está expresso no art. 5º da Lei nº 6.194/74, que diz o seguinte:

Art. 5º O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (destaques acrescidos)

-



A própria SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – esclarece em seu site (www.susep.gov.br) que qualquer vítima de danos causados por veículo automotor de via terrestre pode requerer o seguro, inclusive o motorista culpado.

Ademais, salienta-se ainda, que a indenização securitária seja paga “independentemente da existência de culpa”, bastando a simples prova do acidente e do dano decorrente.

Conclui-se, assim, que a indenização será devida mediante a “SIMPLES” ocorrência do acidente e do “DANO” por ele provocado.

No tocante ao limite indenizatório, este se encontra respaldo no artigo 3º de mesma lei, *verbis*:

Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares. (destacou-se)

Desta forma, por tudo que foi exposto, não restam dúvidas de que a parte demandante deve ser indenizada pela demandada através do seguro DPVAT, uma vez que preenche todos os requisitos previstos em lei.

Demais disso, os documentos comprobatórios demonstram de forma inequívoca o dano resultante do sinistro.

IV – DA DESNECESSIDADE DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO:

Se antecipando ao Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), a parte demandante vem informar que, nos moldes do art. 319, inciso VII, **opta pela não realização de audiência de conciliação ou mediação**, na medida em que a Ré apresenta interesse em conciliar apenas quando já existe perícia nos autos, razão pela qual incide o art. 334, §4º, inciso II da Lei nº 13.105/15, que veda a realização da audiência de conciliação nos casos em não se admite a autocomposição.



V –

DOS PEDIDOS:

Ante o exposto, a parte demandante **requer:**

- a) Que seja concedido o benefício da justiça gratuita, uma vez que a parte autora não pode arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família;
- b) A procedência do pedido constante na presente ação, para condenar a requerida ao pagamento da indenização no *quantum* de R\$ **13.500,00**, referente à indenização do seguro DPVAT em razão da invalidez sofrida pela parte requerente em razão do sinistro narrado;
- c) A citação da demandada no endereço informado na exordial para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
- d) **Requer ainda, que seja nomeado perito, de preferência, locado nesta urbe, para realizar parecer médico e quantificar a sequela permanente que assola a requerente, tudo conforme a parceria firmada entre o TJ e a seguradora Líder (convênio n. 01/2013 de 22 de agosto de 2013), visto que tal providência torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda;**
- f) seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, mais custas processuais e demais emolumentos;
- g) com base na **Súmula 54 do STJ**, que o valor da condenação seja acrescido de juros e **correção monetária retroativa a data do sinistro**.

Requer-se, ainda, com base no § 4.º do art. 22 da Lei n.º 8.906/1994, que, ao final da presente demanda, os valores referentes aos honorários contratuais (contrato de honorários anexo) sejam expedidos em nome dos advogados contratados pela Parte Autora, no percentual constante no contrato de honorários anexo, assim como dos eventuais honorários de sucumbência.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, inclusive por documentos que possam surgir no curso do processo.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 13.500,00**.

Nesses termos, pede deferimento.



Mossoró/RN, 08 de Abril de 2016.

THALES JOSÉ RÊGO DOS SANTOS

Advogado – OAB/RN nº 11.500

JERONIMO AZEVEDO B. NETO

Advogado – OAB/RN nº 12.096

MARCELO VITOR JALES RODRIGUES

Advogado – OAB/RN nº 9.732



CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

CONTRANTE:

*Jonathan Medeiros da Cruz, RG nº 003.072.354
CPF nº 105.837.987-08, Residente e domiciliado
na Rua: Maria Tereza da Conceição, Nº 12, Apto-
parto, Mossoró - RN.*

CONTRATADOS: JERÔNIMO AZEVEDO B. NETO, OAB/RN nº 12.096; e
THALES JOSÉ RÊGO DOS SANTOS, OAB/RN nº 11.500. MARCELO VITOR
JALES RODRIGUES, OAB/RN nº 9.731, com endereço profissional constante na
nota de rodapé.

As partes acima qualificadas, por este instrumento particular convencionam e contratam
o seguinte:

1) Os Contratados se obrigam a prestar ao Contratante os seguintes serviços
profissionais: AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT;

2) O contratante se compromete a pagar por tais serviços a quantia de 30% sobre o
resultado econômico da demanda, inclusive os recebidos em caráter liminar e a qualquer
outro título;

3) Os honorários ora pactuados compreendem o patrocínio das causas e os recursos
utilizáveis, inclusive sustentação oral até o encerramento da demanda no âmbito
Estadual, com a exclusão de interposição de defesa em Recursos para os Tribunais de
Brasília;

4) Os honorários Advocatícios aqui fixados são líquidos, sendo de responsabilidade da
Contratante os impostos incidentes.

5) O Contratante obriga-se a fornecer as Contratadas todos os recursos pecuniários que
forem necessários para pagamento de custas judiciais, periciais, contadores,
emolumentos e diligências, assim como os documentos e informações solicitadas pelas
Contratadas a fim de não prejudicar o bom andamento da causa ou da cobrança.

Parágrafo Único: As Contratadas não poderão ser responsabilizadas no caso do
Contratante sofrer algum prejuízo processual em virtude da demora no envio dos
recursos necessários para o andamento do processo ou da cobrança.

6) Fica eleito o Foro da Comarca de Mossoró-RN para dirimir quaisquer questões
judiciais resultantes deste contrato renunciando as partes Contratantes a qualquer outro
por mais privilegiado que seja, obrigando-se as partes por si herdeiros e sucessores.

Mossoró-RN, 24 de Fevereiro de 2015.

JERÔNIMO AZEVEDO B. NETO
CONTRATADO

x *Jonathan Medeiros da Cruz*
CONTRATANTE

THALES JOSÉ R. DOS SANTOS
CONTRATADO

TESTEMUNHA1:

TESTEMUNHA2:

1/1

- Mossoró (Sede): Rua José Otávio, 123, Centro, Mossoró/RN, CEP: 59.600-157, Fone: (84) 3317-4051/3314-0825/3316-2537
- Panamirim (Filial): Av. Brigadeiro Everaldo Breves, 246, 1º Andar, Centro, Panamirim/RN, CEP: 59.140-200
- <http://www.juridicaadvocacia.com.br>



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

Jonathan Medeiros da Cruz, RG Uⁿ 003.072.354,
CPE N^o 10.5.838.984-08, Residente e domiciliado
à Rua: Monsenhor da Conceição, N^o 12, Mossoró -
RN.

OUTORGADO: MARCELO VITOR JALES RODRIGUES, brasileiro, solteiro,
OAB/RN n^o 9.732; THALES JOSÉ RÊGO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro,
OAB/RN n^o 11.500; JERÔNIMO AZEVEDO BOLÃO NETO, brasileiro, solteiro,
OAB/RN sob o n^o 12.096; todos com escritório à Rua José Otávio, n^o 123, Centro,
Mossoró/RN.

PODERES: amplos e limitados poderes, para o foro em geral, com a cláusula "*ad judicium*" e "*extra*" a fim de agindo em conjunto ou separadamente, possam defender os interesses e direitos do(s) outorgante(s) perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor(es) ou reclamante(s), e defendendo-o(s) quando for(em) réu(s), interessado(s) ou requerido(s), podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber alvará e dar quitação, confessar, renunciar, poderes especiais para requerer falência, inventário ou arrolamento, firmar compromisso, prestar declaração, bem como substabelecer a presente, com ou sem reservas de poderes, se assim lhe(s) convier, e praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso. Inclusive, interpor Mandado de Segurança.

Mossoró/RN, 27 de junho de 2016.

x Jonathan Medeiros da Cruz
OUTORGANTE

- Mossoró (Sede): Rua José Otávio, 123, Centro, Mossoró/RN, CEP: 59.600-157, Fone: (84) 3317-4051/3314-0826/3316-2537
- Parnamirim (Filial): Av. Brigadeiro Everaldo Breves, 246, 1^o Andar, Centro, Parnamirim/RN, CEP: 59.140-200
- <http://www.juridicaadvocacia.com.br>



DECLARACAO DE POBREZA

DECLARANTE:

Jonathon Medeiros da Cruz, RG nº 003.072.35-19, CPF nº 105.838.984-08, Residente e domiciliado
à Rua: Maria Isabel da Conceição, nº 12, Arapor-
to, Mossoró-RN. DECLARA NOS
TERMOS DA LEI 1060/50, QUE É POBRE NA FORMA DESTA LEI, NÃO
DISPONDO DE MEIOS QUE POSSIBILITEM CUSTEAR AS DESPESAS DA
PRESENTE DEMANDA.

Mossoró/RN, 27 de junho de 2016.

x Jonathon Medeiros da Cruz
DECLARANTE

- Mossoró (Sede): Rua José Otávio, 123, Centro, Mossoró/RN, CEP: 59.600-157, Fone: (84) 3317-4051/3314-0826/3316-2537
- Parnamirim (Filial): Av. Brigadeiro Lívio de Azevedo, 246, 1º Andar, Centro, Parnamirim/RN, CEP: 59.140-200.
- <http://www.juridicaadvocacia.com.br>



SINISTRO 3150837281 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO ARUANA SEGUROS S/A

BENEFICIÁRIO JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

CPF/CNPJ: 10583898408

Posição em 09-11-2015 18:31:21

Pedido de indenização negado conforme carta enviada ao beneficiário.





Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 25/04/2002.
Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Memoz, 150, Baldo, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Ins. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE
ANA LUIZA DE MEDEIROS

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA MARIA ISABEL DA CONCEIÇÃO 12

CPF: 413.711.194-49 NIS: 12170513509

AEROPORTO/ÁREA URBANA
MOSSORÓ RN
59600-001

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
BAIXA RENDA COM NIS
Monofásico

CONTA/CONTRATO	MES/ANO
7002685919	01/2015
DATA DE VENCIMENTO	DATA DE CANCELAMENTO
20/01/2015	10/02/2015
TOTAL A PAGAR (R\$)	71,20

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
000581742	ÚNICA	13/01/2015
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
13/01/2015	3010270332	483707

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,0000000	0,14921199	4,44
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,0000000	0,25407770	17,78
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	92,0000000	0,38111655	35,06
Acrescimo Bandeira VERMELHA			2,04
Contribuição Iluminação Pública			5,08
ICMS-Parcela Subvencionada			4,43
Multa por atraso-NF 000518902 - 12/11/14			1,16
Juros por atraso-NF 000518902 - 12/11/14			0,83

TOTAL DA FATURA

71,20

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL							
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSUMO (KWH)
2130210298	CAT	1/1/2014	2.827,00	13/01/2015	3.019,00	32	192,00

DISTRIBUIÇÃO DO CONSUMO		INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS		COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	
MES/ANO	CONSUMO (KWH)	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	%
JAN 15 182	182	59,32	17,0	10,08	45,89
DEZ 14 185	185	59,32	0,0	0,36	2,13
NOV 14 182	182	59,32	2,5	1,89	28,83
OUT 14 191	191				2,51
SET 14 166	166				20,45
AGO 14 191	191				198
JUL 14 200	200				
JUN 14 166	166				
MAY 14 192	192				
ABR 14 167	167				
MAR 14 178	178				
FEV 14 159	159				
JAN 14 186	186				

TABELAS APLICADAS	
Consumo Ativo até 30 kWh	0,14921199
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	0,25407770
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	0,38111655

RESERVAÇÃO FISCAL	
ABEC 1 02B 9887 57E9 A3AD CCCE 88F3 34F1	

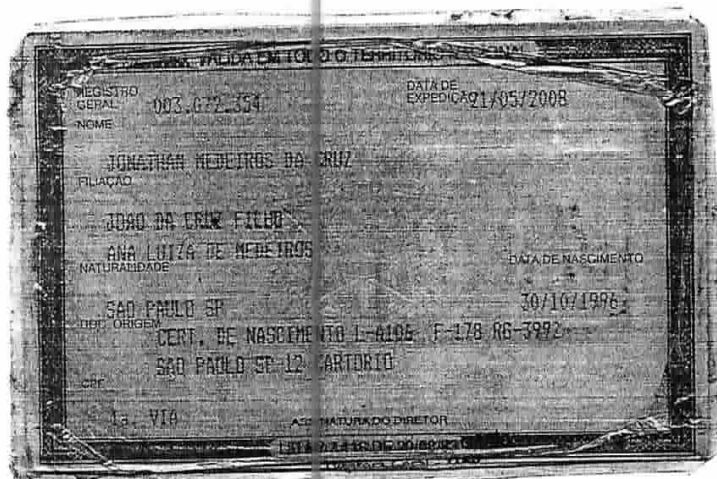
INFORMAÇÕES IMPORTANTES
O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie. No caso da leitura a domicílio em vigor a Verificação das informações em www.anel.gov.br. Pagamento em atraso gera multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês. O cliente é responsável por manter a validade da conta e a validade da leitura. O cliente é responsável por manter a validade da conta e a validade da leitura. O cliente é responsável por manter a validade da conta e a validade da leitura.

ATENÇÃO: COSERN			ATENÇÃO: COSERN		
Vencido	13/01/15	Valor	Vencido	13/01/15	Valor
13/01/15	00,35		13/01/15	00,35	

Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer a inclusão no cadastro de inadimplentes do SPC e SERASA, o que poderá gerar consequências jurídicas e financeiras para o cliente. Este comunicado não substitui o envio de cobranças anteriores bem como o envio de cobranças posteriores.

Não existem débitos de 2013 a serem quitados. Caso o cliente tenha débitos, para o cancelamento da conta, o cliente deve apresentar a quitação dos débitos em até 30 dias após a data de vencimento da última fatura. Caso não seja apresentado, a conta será mantida em vigor e o cliente será responsável pelo pagamento dos débitos.









ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
COMANDO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL
2º DISTRITO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL
SETOR DE TRÁFEGO

VISTO
24/04/2015
Júlio Cesar de Oliveira Soares
1º PM/CPM
Mat.: 194177-1 - RG: 16178

DECLARAÇÃO Nº. 04.358-2015

- 1) **REFERÊNCIA:** Presença física de JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ (Declarante)
LOCAL DO SINISTRO: Rua Cel Glicerio Cícero, (próximo Escola Estadual Professor Hermogenes Nogueira da Costa), Bairro Santo Antônio, Mossoró.
DATA: 08/03/2015; HORA: 15h30min.
- 2) **VÍTIMA:**
CONDUTOR: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ CPF: 105.838.984-08 RG: 3.072.354.
- 3) **CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO (V-1):**
MARCA: TRAXX MODELO: JL50Q2 PLACA: ***** ANO: 2012 COR: PRETO
CHASSI: 951BXKBB7CB005899 PROPRIETÁRIO: PHILIPPE MENDES TAVARES DE OLIVEIRA.
- 4) **AGENTE RESPONSÁVEL:**
3º Sargento PM, nº. 88.260, RAIMUNDO CLECIO FERREIRA DA COSTA, Matrícula: 14.958-6.



Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários que o senhor JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ acima qualificado no dia 23/04/2015 às 10h30min compareceu a sede do 2ºDPRE onde o mesmo alega que no dia 08/03/2015 aproximadamente 15h30min vinha no citado veículo no endereço acima mencionado quando carro tipo Celta de cor preta que estava no mesmo sentido realizou uma conversão repentinamente a sua frente não havendo tempo de evitar a colisão, com o impacto sofreu varias lesões e foi sozinho ao hospital.

Obs.: As informações do documento têm como base a declaração da vítima (declarante), a confirmação das testemunhas abaixo mencionadas e o prontuário de atendimento hospitalar número 107299 emitido pelo UPA RAIMUNDO BENJAMIN.

"As informações contidas na narrativa do declarante são de sua inteira responsabilidade, sob pena de responder pelos crimes dos Artigos 299 (Falsidade Ideológica) e o 342 (Falso testemunho) Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral do Código Penal Brasileiro".

Mossoró/RN 23 de abril de 2015

* Jonathan Medeiros da Cruz
JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ (declarante)

TESTEMUNHAS:


Luana Larissa da Silva
LUANA LARISSA DA SILVA CPF: 705.092.994-82 (1ª Testemunha)

Francisco Jefferson da Silva
FRANCISCO JEFFERSON DA SILVA CPF: 114.327.254-40 (2ª Testemunha)

Raimundo CLECIO Ferreira da Costa
Mat. 14958-6 - Id 8788
3º SGT PM/RN

3º Sgt PM Clécio - Chefe do Setor de Tráfego/2º DPRE



		Estado do Rio Grande do Norte Prefeitura Municipal de Mossoró Secretaria Municipal da Saúde		 Sistema Único de Saúde	
FICHA DE ATENDIMENTO E URGÊNCIA				Unidade: UPA - RAIMUNDO BENJAMIN FRANCO - BH	
DADOS DO PACIENTE/USUÁRIO Nº REGISTRO: 2126				Atendimento Nº: 10729	
Nome: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ.				Idade: 30/10/1996 (18a 4m)	Sexo: Mascul
Cartão SUS:	Nome da Mãe: ANA LUIZA DE MEDEIROS			Profissão: ESTUDANTE	
Endereço (Rua/Av.): RUA ISABEL MARIA DA CONCEICAO				Nº: 12	Complemento:
Bairro: AEROPORTO II	Cidade: MOSSORO	RN	Estado:	Telefone: 9425-5011	
Clínica: CLINICA MEDICA			Data: 08/03/2015	Hora: 16:01	
Motivo da Procura: PRONTO ATENDIMENTO			Rubrica Servidor: MARIA UCÉLIA DE FREITAS		
Assinatura do Paciente:					
ACOLHIMENTO: () Emergência () Urgência () Não Urgência () Acidente de Trabalho () Acidente de Trâns					
Acolhimento com classificação de risco:					
Queixa:					
Antecedentes Alérgicos: N					
HAS <i>✓</i>		DM: (<i>✓</i>)	Assinatura: <i>Antônio</i>	Classificação:	
ANAMNESE:					
Paciente interna de acidente de moto. No momento sem dor. Não apresenta náuseas, vômitos, febre. No momento refere dor em região torácica, MSE e MIE devido a contusões.					
EXAME FÍSICO:					
Peso:	Temperatura:	F.C.:	PA: 120x80	F.R.:	Glasgow:
SpO2:	H.T.:				
IBE: <i>6</i> Presença de contusões em MSE e MIE.					
EXAMES COMPLEMENTARES SOLICITADOS					
() Laboratório:					
() Radiológico:					
() ECG () Outros					
Hipótese do Diagnóstico:				CID:	
Condução: () Medicação () Observação () Laudo para AIH				Médico: (Carimbo e Assinatura)	
Saída: Data/Hora ____/____/____ às ____ h. () Alta referido para UBS () Óbito				Dra. Lígia Lopes - Médica - CRM/RN 7978	
() Outra Unid. Urgência () Especialidade					
() Internação Hospitalar					



RG _____

ÓRGÃO _____

DOMICILIO NA CI

ONDE RESIDO NA

Belem

DECLARO SOB A
PROPRIEDADE N

VITIMA Jonh

ERA Jonh

VEICULO _____

MODELO HR

ANO 20

PLACA _____

CHASSI 951BXKBB7C3005899

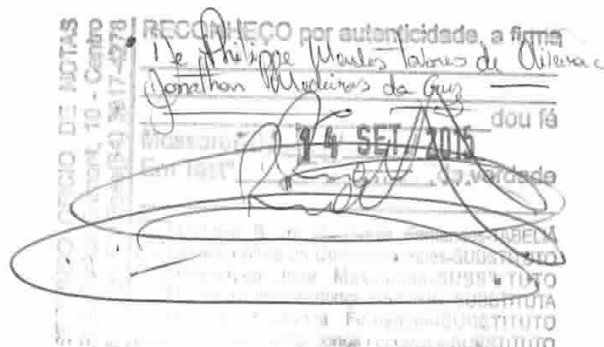
DATA DO ACIDENTE 08.03.2015



Philippe Mendes Torres de Oliveira

ASSINATURA DO DECLARANTE

Jonthon Medeiros da Cruz

ASSINATURA DO CONDUTOR (caso seja um terceiro que não a vitima reclamante do sinistro)



RECEBIMENTO		IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		NF-e Nº 000.005. Série 1									
OLINDA MOTOS PECAS E SERV. LTDA.		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0- ENTRADA 1 1- SAIDA Nº 000.005.298 SÉRIE 1 FOLHA 1/1		 CHAVE DE ACESSO 2412 0508 5365 0000 0154 5500 1000 0052 9810 0005 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autoriz									
RUA FERREIRA ITAJUBA Nº 716 SANTO ANTONIO - MOSSORO-RN CEP 59611-030 FONE (84)3314-2676 		NATUREZA OPERAÇÃO VENDA DE MERCADORIA INSCRIÇÃO ESTADUAL 230604672		INSC. ESTADUAL DO SUPST. TRIBUTÁRIO CNPJ 08.536.500/0001-54									
DESTINATÁRIO/REMETENTE													
NOME/RAZÃO SOCIAL PHILIPPE MENDES TAVARES DE OLIVEIRA			CNPJ/CPF 054.115.014-66		DATA DA EMISSÃO 03/05/2012								
ENDEREÇO FELIPE CAMARAO 2613-			BAIRRO/DISTRITO AEROPORTO II		DATA DA SAÍDA / ENTRADA 03/05/2012								
MUNICÍPIO MOSSORO		FONE/FAX (84)9453-1341	UF RN	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA								
FATURA													
PAGAMENTO À VISTA													
CÁLCULO DO IMPOSTO													
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00		VALOR DO ICMS 0,00		BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00									
VALOR DO FRETE 0,00		VALOR DO SEGURO 0,00		VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO 0,00									
DESCONTO 0,00		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00		VALOR DO IPI 0,00									
VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 2,00		VALOR TOTAL DA NOTA 2,00											
TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS													
NOME/RAZÃO SOCIAL ENDEREÇO			FRETE POR CONTA 9-SEMI-FRETE	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO/UF CNPJ/CPF								
DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO													
COD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QUANT.	V.UNITÁRIO	V.DISC.	V.TOTAL	BC.ICMS	V.ICMS	V.IPI	ALÍQ. ICM
0007106	Veículo: CICLOMOTOR TRAXX - JL50Q2 (0007 06) Chassi: 951B3XKBB7CB005899 Cor: 0-PRETO Potência: 49CC Peso Líquido: 71 Peso Bruto: 109 Serial: B005899 Combustível: GASOLINA Número do Motor: JL1P39FMB121005856 CMKG: 120 Distância entre eixos: 1200 Renavam: 19421 Ano Modelo: 2012 Ano Fabricação: 2012 Tipo de Pintura: 0 Tipo de Veículo: 02- CICLOMOTOR VIN: N Condição do Veículo: 1- ACABADO Código Marca Modelo: 19421	87111000	060	5405	UN	1,00	2.990,0000	0,00	2.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	0016748	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	0,00	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	0,00	VALOR TOTAL DO ISSQN	0,00
---------------------	---------	--------------------------	------	--------------------------	------	----------------------	------

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
ICMS SUBST. CONF. ART. 887 - RICMS/RN

RESERVADO AO FISCO

08.536.500/0001-54

Olinda Motos, Pecas Serviços Ltda

Rua Ferreira Itajuba, 716

Santo Antônio

CEP: 59.611-030

Mossoró - RN

TA E HORA DA IMPRESSÃO: 20/01/2014 11:27




DECLARAÇÃO Nº 002 / 2013-DIE / STT

Mossoró (RN), 22 de Junho de 2013.

DECLARAÇÃO

Declaro para todos os fins que o município de Mossoró que, obedecendo a legislação em vigor e suas alterações, ao qual foram feitas até meados de dezembro de 2012, NÃO faz o cadastramentos e emplacements de ciclomotores, haja vista as alterações que a mencionada lei fora sofrendo ao longo do tempo.


Galttlen Ferreira Tavares
Dir Dpto de Trânsito

Marlus Augusto Carlini
Subsecretário de Trânsito e Transportes

Rua Jerônimo Rosado, 181 - Bairro Centro - telefone (0**84) 3315-5008 | 3315-5001.
E-mail: getran@prefeiturademossoró.com.br, www.prefeiturademossoró.com.br/getran Cep: 59600-020 Mossoró-RN



RECEBEMOS DE OLINDA MOTOS PECAS E SERV. LTDA. OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e

Nº 000.005.298

Série 1

OLINDA MOTOS PECAS E SERV. LTDA.



RUA FERREIRA ITAJUBA Nº 716
SANTO ANTONIO - MOSSORO-RN
CEP 59611-030
FONE (84)3314-2676

TRAXX

DANFE

Documento Auxiliar da
Nota Fiscal Eletrônica

0- ENTRADA 1
1- SAÍDA
Nº 000.005.298
SÉRIE 1
FOLHA 1/1



CHAVE DE ACESSO

2412 0508 5365 0000 0154 5500 1000 0052 9810 0005 2980

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

424120005732672 03/05/2012 10:39:43

CNPJ

08.536.500/0001-54

NATUREZA OPERAÇÃO

VENDA DE MERCADORIA

INSCRIÇÃO ESTADUAL

200601007

INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL

PHILIPPE MENDES TAVARES DE OLIVEIRA

ENDEREÇO

FELIPE CAMARAO 2613-

MUNICÍPIO

MOSSORO

FONE/FAX

(84)9453-1341

UF

RN

INSCRIÇÃO ESTADUAL

CNPJ/CPF

054.115.014-66

DATA DA EMISSÃO

03/05/2012

DATA DA SAÍDA / ENTRADA

03/05/2012

HORA DE SAÍDA

FATURA

PAGAMENTO À VISTA

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS

0,00

VALOR DO ICMS

0,00

BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO

0,00

VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO

0,00

VALOR TOTAL DOS PRODUTOS

2.990,00

VALOR DO FRETE

0,00

VALOR DO SEGURO

0,00

DESCONTO

0,00

OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS

0,00

VALOR DO IPI

0,00

VALOR TOTAL DA NOTA

2.990,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL

ENDEREÇO

FRETE POR CONTA

9-SEMI-FRETE

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO/UF

CNPJ/CPF

DADOS DO PRODUTO/SERVICO

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVICO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT.	V.UNITÁRIO	V.DISC.	V.TOTAL	BC. ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
0007106	Veículo: CICLOMOTOR TRAXX - JL50Q2 (0007106) Chassi: 951BXKBB7CB005899 Cor: 0-PRETO Potencia: 49CC Peso Líquido: 71 Peso Bruto: 109 kg Serial: B005899 Combustível: GASOLINA Número do Motor: JL1P39FMB12T005856 CMKG: 120 Distância entre eixos: 1200 Renavam: 19421 Ano Modelo: 2012 Ano Fabricação: 2012 Tipo de Pintura: 0 Tipo de Veículo: 02- CICLOMOTO VIN: N Condição do Veículo: 1- ACABADO Codigo Marca Modelo: 19421	87111000	060	5405	UN	1,00	2.990,0000	0,00	2.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

0016748

VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS

0,00

BASE DE CÁLCULO DO ISSQN

0,00

VALOR TOTAL DO ISSQN

0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

ICMS SUBST. CONF. ART 887 - RICMS/RN

RESERVADO AO FISCO

08.536.500/0001-54

Olinda Motos, Pecas Serviços Ltda

Rua Ferreira Itajuba, 716

Santo Antônio

CEP: 59.611-030

Mossoró - RN

DATA E HORA DA IMPRESSÃO: 20/01/2014 11:27

OLINDA MOTOS, PECAS E SERVIÇOS LTDA

Mônica Patta O. Moraes

CPF: 063.944.634-50

Desenvolvido por Projeto ACBr - http://acbr.sf.net

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, Mossoró - RN - CEP: 59625-410

0812467-95.2016.8.20.5106

AUTOR: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro o pedido de gratuidade judiciária, ante a documentação acostada nos autos, nos termos do art. 98 do CPC/2015.

CITE-SE a parte demandada, com as cautelas legais, devendo ser cientificada que o prazo de defesa possui como termo *a quo* a data da audiência de conciliação, conforme estabelece o art. 335, I, do CPC/2015.

Encaminhem-se os presentes autos ao CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, com vista a audiência de conciliação(CPC/2015, art. 334), devendo o ato conciliatório ser precedido de exame pericial, a ser realizado por profissional médico indicado por aquele Centro Judiciário, com vista à realização de acordo.

Cumpra-se.

Mossoró/RN, 28 de junho de 2016

Manoel Padre Neto



Juiz de Direito

(Documento assinado digitalmente, na forma da Lei 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS DA REGIÃO OESTE

"Quem concilia sempre sai ganhando!"

4ª Vara Cível

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO – SEM ACORDO

Ref. ao proc. n.º 0812467-95.2016.8.20.5106

Promovente(s): JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

Promovido(a)(s): Seguradora Líder dos Consórcios de Seguros DPVAT

Aos **08 dias do mês de novembro de 2016**, em uma das salas de audiências, localizada nesta Comarca de Mossoró/RN, dentro do horário pautado para o MUTIRÃO DPVAT onde encontra-se presente o Excelentíssimo Senhor Doutor **BRENO VALÉRIO FAUSTO DE MEDEIROS, MANOEL PADRE NETO, EDINO JALES DE ALMEIDA JÚNIOR, JOSÉ HERVAL SAMPAIO JÚNIOR, CARLA VIRGÍNIA PORTELA DA SILVA ARAÚJO, EMANOEL TELINO MONTEIRO**, Juizes de Direito com Jurisdição Plena, para este ato, nos termos da Portaria TJRN publicada no Diário de Justiça Eletrônico.

Observadas as formalidades legais, foi realizado o pregão das partes, tendo comparecido a parte autora e seu advogado o Dr. **MARCELO VITOR JALES RODRIGUES OAB/RN9732**.

Demandada: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguros DPVAT, na pessoa de seus representantes legais, **Maurílio Rodrigues de Medeiros Júnior, Patrícia dos Santos Souza, Wladimir Rômulo de Souza Costa, Victor Hugo Medeiros de Moraes**, acompanhado(s) de seu(ua)(s) advogado(a) **Dra. Larissa Dos Santos Oliveira, OAB/RN 14.974**.

Declarada aberta a audiência, indagou-se das partes a possibilidade de conciliação, NÃO HAVENDO ACORDO ENTRE AS PARTES, em virtude de **AUSÊNCIA DE COBERTURA**. Em seguida, **com base no art. 203, § 4º, do NCPC, ficam as partes intimadas do inteiro teor do laudo pericial, para querendo, no prazo comum de 15 dias, apresentarem suas manifestações**. Em havendo depósito prévio referente aos honorários periciais, libere-se em favor da Seguradora depositante, tendo em vista que o pagamento será efetivado pelo Mutirão DPVAT. Nada mais havendo, a audiência foi encerrada. E, para constar, lavrou-se o presente termo. Eu, Rosana Kelly da Silva, _____, o digitei e subscrevo.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0812467-95.2016.8.20.5106

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, junto a estes autos o termo de audiência do mutirão DPVAT.

Mossoró/RN, 23 de novembro de 2016

MYLANE MARIA ALVES DE MELO

Auxiliar Técnico





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS DA REGIÃO OESTE
"Quem concilia sempre sai ganhando!"
4ª Vara Cível *HUC*

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO – SEM ACORDO

Ref. ao proc. n.º **0812467-95.2016.8.20.5106**

Promovente(s): **JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ**

Promovido(a)(s): **Seguradora Líder dos Consórcios de Seguros DPVAT**

Aos **08 dias do mês de novembro de 2016**, em uma das salas de audiências, localizada nesta Comarca de Mossoró/RN, dentro do horário pautado para o MUTIRÃO DPVAT, onde encontra-se presente o Excelentíssimo Senhor Doutor **BRENO VALÉRIO FAUSTO DE MEDEIROS, MANOEL PADRE NETO, EDINO JALES DE ALMEIDA JÚNIOR, JOSÉ HERVAL SAMPAIO JÚNIOR, CARLA VIRGÍNIA PORTELA DA SILVA ARAÚJO, EMANOEL TELINO MONTEIRO**, Juizes de Direito com Jurisdição Plena, para este ato, nos termos da Portaria TJRN publicada no Diário de Justiça Eletrônico.

Observadas as formalidades legais, foi realizado o pregão das partes, tendo comparecido a parte autora e seu advogado o Dr. **MARCELO VITOR JALES RODRIGUES OAB/RN 9732**.

Demandada: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguros DPVAT, na pessoa de seus representantes legais, **Maurílio Rodrigues de Medeiros Júnior, Patrícia dos Santos Souza, Wladimir Rômulo de Souza Costa, Victor Hugo Medeiros de Moraes**, acompanhado(s) de seu(ua)(s) advogado(a) **Dra. Larissa Dos Santos Oliveira, OAB/RN 14.974**.

Declarada aberta a audiência, indagou-se das partes a possibilidade de conciliação, **NÃO HAVENDO ACORDO ENTRE AS PARTES**, em virtude de **AUSÊNCIA DE COBERTURA**. Em seguida, **com base no art. 203, § 4º, do NCPC, ficam as partes intimadas do inteiro teor do laudo pericial, para querendo, no prazo comum de 15 dias, apresentarem suas manifestações**. Em havendo depósito prévio referente aos honorários periciais, libere-se em favor da Seguradora depositante, tendo em vista que o pagamento será efetivado pelo Mutirão DPVAT. Nada mais havendo, a audiência foi encerrada. E, para constar, lavrou-se o presente termo. Eu, Rosana Kelly da Silva, *RK*, o digitei e subscrevo.

Demandante: *Jonathan Medeiros da Cruz*

Advogado(a): *Marcelo Vitor Jales Rodrigues*

Demandado(a): *Fabiana Porto*

Advogado(a): *Marcelo*



AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE

[Art. 31º da Lei 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: Jonathan Medeiros da Cruz
CPF: 105.838.984-08
Endereço completo: R Izabel M da Conceição, 12, aeroporto li, Mossoro Rn

Informações do Acidente

Local: MOSSORÓ-RN
Data do acidente: 15/02/2015

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº 812467952016, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 4 Vara Cível ou JEC da Comarca de Mossoró-RN.

Mossoró - RN, 08 de novembro de 2016

local e data

Jonathan Medeiros da Cruz

assinatura da vítima

Avaliação Médica

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

TRAUMA TORÁCICO

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

**CONTUSÃO EM TORAX, COM FRATURA DE COSTELAS
TRATAMENTO CONSERVADOR**

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

DOR AOS ESFORÇOS

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

>laudo_mutirão, emissão: 08/11/2016 15:11:04, vítima: Jonathan Medeiros da Cruz< >exMed - Copyright © - 2012<

>Página - 1 / 3<



(X) Não

Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) () Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) (X) Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) () Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2) (X) Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

Lesões de órgãos e estruturas torácicos cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital

(X) 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

2ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

3ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

4ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

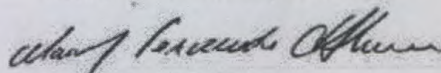
Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:
Mossoró - RN, 08 de novembro de 2016

Assinatura do médico perito - CRM

Assinatura do médico assistente - CRM


Dixon Fradik de Lima
Médico Perito
SAÚDE SEG
CRM 5997


CRM RN 2999
CPF: 431937894-20



PARECER - ASSISTENTE TÉCNICO SEGURADORA LÍDER - DPVAT

JUSTIFICATIVAS Empresa Médica: SaudeSeg - Sistemas de Saúde Ltda

Vítima: Jonathan Medeiros da Cruz
Processo: 812467952016
Vara: 4
Pasta:

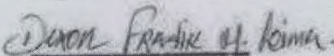
- ☐ Mantida / em conformidade a avaliação médica administrativa
- ☐ Agravamento
- ☐ Nova lesão
- ☐ Divergência na aplicação da tabela legal

JUSTIFICATIVA:

LAUDO SEM ADM.

Data: 08 de novembro de 2016

Assinatura do médico assistente - CRM


Dixon Fradik Medeiros Lima
Médico Perito
SAUDE SEG
CRM 5997



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORÓ – RN.

PROCESSO Nº 0812467-95.2016.8.20.5106

REQUERENTE: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

REQUERIDA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, empresa seguradora com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representadas por seus advogados infra signatários, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, proposta por **JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ**, em trâmite perante este d. Juízo, vem, com o devido respeito e acatamento, à presença de V. Exa., com fulcro nos arts. 297 e 230 do Código de Processo Civil, apresentar **CONTESTAÇÃO** consoante as razões de fato e de direito a seguir delineadas.

I – DAS INTIMAÇÕES

Inicialmente, requer que sejam as publicações e intimações alusivas ao presente feito realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do advogado **WILSON SALES BELCHIOR**, inscrito na OAB/RN sob o nº **768-A**, SOB PENA DE NULIDADE.

II – DOS FATOS

Alega o autor em sua peça exordial que, no dia 08 de março de 2015, sofreu acidente de trânsito do qual resultou lesões em seu corpo.

Ocorre que, a Seguradora ré, após farta análise da referida documentação, a Seguradora Líder concluiu que o dano reclamado não é decorrente de evento sujeito à cobertura técnica pelo Seguro DPVAT, razão pela qual o Autor



teve seu pedido de indenização **NEGADO**, uma vez que o Seguro DPVAT só acoberta os casos que houver invalidez permanente.

A despeito dos fatos alegados pelo autor em sua peça exordial, não há que se falar em devida indenização a ser realizada pela demandada, uma vez que, conforme restará fartamente demonstrado a seguir, o dano reclamado não é decorrente de evento sujeito à cobertura técnica pelo Seguro DPVAT.

III – DO MÉRITO

III.1 - DO ÔNUS DA PROVA QUANTO AO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR.

-

Cumpre destacar que quando ocorre um acidente de trânsito, a relação jurídica que nasce, qual seja, o direito do segurado ou beneficiário em receber a indenização e a obrigação da seguradora em pagar a indenização está amparada por lei específica, que estabelece um direito e uma obrigação que configuram uma relação própria, específica, afastando-se, assim, a natureza de relação de consumo.

Assim, cabe o autor produzir provas dos atos constitutivos de seu direito, o que não ocorreu, uma vez que a documentação médica juntada pela parte autora não constata em momento algum que das lesões advindas do acidente decorreram invalidez permanente, quando era ônus da mesma tal comprovação, devendo ser aplicado no presente caso o art. 333, I, do CPC, in verbis:

Art. 333. O ônus da prova incumbe:

I – ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

O Requerente apenas alega o fato em sua inicial, qual seja, a necessidade de receber indenização, sem juntar ao processo elementos que comprovem suas indagações ou os fatos que fundamentam seu pedido, ao invés disso, autor se limita a juntar aos autos ficha de atendimento médico que não menciona em momento algum que do trauma decorrente do acidente tenha resultado prejuízos que causem invalidez permanente.

Veja Exa., os fatos mencionados na inicial, entretanto, não podem limitar-se a simples alegações, mas, ao contrário, devem ser comprovados, para que possam ser levados em conta pelo juiz na sua decisão.

-



A assessoria médica da Seguradora requerida, avaliou os documentos apresentados pelo autor e verificou que não resultaram sequelas que tenham ensejado invalidez permanente indenizável, portanto o autor não faz jus ao pagamento de indenização, **o que dá ensejo à improcedência do pleito inicial.**

O fato em análise trata de aspecto constitutivo do direito da parte autora, logo, a esta cabe o ônus da prova, assim, não havendo nos autos prova suficiente a demonstrar à incapacidade da vítima, resta inviabilizado o pedido de recebimento do valor da indenização.

Nesse sentido, segue julgado proferido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul cuja ementa tem o seguinte teor:

*APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS DANOS DESCRITOS NA EXORDIAL. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A Lei n.º 6.194/74, que criou o seguro DPVAT, alterada pela Lei n.º 8.441/92, é o texto legal que regulamenta os valores das indenizações relativas ao seguro obrigatório. **3. No caso em exame, a parte autora não comprovou a ocorrência de invalidez permanente do cedente decorrente do acidente de trânsito descrito na exordial, ônus que lhe impunha e do qual não se desincumbiu, a teor do que estabelece o art. 333, inciso I, do Código de Processo Civil. 4. Assim, manter a sentença de improcedência da demanda é à medida que se impõe.** Negado provimento ao apelo. (Apelação Cível Nº 70034866285, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 31/03/2010)*

Sendo assim, não pode em momento algum, o autor alegar que o simples pedido de produção de prova pericial supre a necessidade de apresentar documentos imprescindíveis para comprovar o fato constitutivo do direito alegado, bem como a veracidade do mesmo, devendo o ônus da prova ser suportado por ela.

Em razão do exposto, à luz do princípio *actori incumbit probatio*, resta evidenciada que o autor não logrou êxito em provar de maneira contundente os fatos alegados na exordial, o que é seu dever e, portanto, não cabe à parte requerida fazê-lo em seu lugar, portanto requer a improcedência do pleito ante a absoluta carência de suporte probatório.

-



-

-

III. 2 - DA OBRIGATORIEDADE DE LAUDO PERICIAL E DA NECESSIDADE DE QUANTIFICAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE.

-

Inicialmente, cumpre destacar que a Lei 6.194/74, alterada pela Lei 11.482/2007, em seu art. 5º, § 5º, prevê, dentre os documentos que obrigatoriamente devem constar para fins de requerimento de indenização por danos decorrentes de acidente com veículo automotor, **laudo médico fornecido pelo Instituto Médico Legal.**

-

Tal obrigatoriedade tem como intuito dificultar requerimentos fraudulentos ao seguro DPVAT, uma vez que a realização de Laudo por peritos pertencentes a órgão especializado teria o condão de dificultar tal prática. Este também é o entendimento dos Tribunais Pátrios a respeito da matéria acima:

Tipo do Recurso: RECURSO INOMINADO / Nº do Recurso: 04557/2011 / Origem: 11. JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA CAPITAL / Processo Originário: 03051/2010 / Relator: JUIZ - RAIMUNDO NONATO DE SOUZA BRAID FILHO / Relator do Acórdão: JUIZ - RAIMUNDO NONATO DE SOUZA BRAID FILHO / Órgão Julgador 2a. TURMA RECURSAL / Data de Julgamento: 12/9/2011.

Ementa: RECURSO INOMINADO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). LEI 11.945/09. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. A LEI 11.945/2009, EXIGE ALÉM DA PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE COM VEÍCULO AUTOMOTOR, A VERIFICAÇÃO DE SUA GRADUAÇÃO PARA FINS DE QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO À INCAPACIDADE DO AUTOR. A COMPROVAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL, É RESPONSABILIDADE DA PARTE AUTORA. **OBRIGATORIEDADE LEGAL DE REALIZAÇÃO DE EXAME PELO DML DA CIDADE DA PARTE RECORRENTE OU DO LOCAL MAIS PRÓXIMO, EM CASO DE INEXISTÊNCIA. EXEGESE DO 5º, § 5º, DA LEI 6.194/74. ADOÇÃO DO ENTENDIMENTO DO STJ, DE QUE A ELABORAÇÃO DO LAUDO PERICIAL É OBRIGATORIAMENTE PELO DML - DEPARTAMENTO MÉDICO LEGAL. NO CASO CONCRETO, NÃO TENDO O AUTOR COMPROVADO O FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO, QUAL SEJA, SUA EFETIVA INCAPACIDADE PERMANENTE E O GRAU DESSA SUA INCAPACIDADE, ÔNUS QUE LHE COMPETIA (CPC, ART. 333, I), NÃO FAZ JUS A PERCEPÇÃO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. RECURSO IMPROVIDO.**

Ementa: SEGURO - DPVAT - LAUDO DO IML - DOCUMENTO NECESSÁRIO - PRINCÍPIO DE PROVA - INEXISTÊNCIA - PERÍCIA-NECESSIDADE - AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO, GRAU DE INCAPACIDADE E CARÁTER DEFINITIVO - COMPLEMENTAÇÃO DE EXAME DE CORPO DE DELITO - ÔNUS DA PROVA - AUTOR.



Tratando-se de pleito relativo a indenização oriunda de seguro DPVAT, **mostra-se imprescindível, nos casos de invalidez permanente, o laudo pericial, expedido pelo Instituto Médico Legal, indicando intensidade das lesões sofridas pela vítima.** Se necessário, deverá ser realizado exame pericial complementar para afirmar a invalidez, sua extensão e o grau de incapacidade do acidentado, para comprovação das lesões. Mostrando-se necessária a prova pericial, e pretendendo o autor amparar suas alegações tão somente em prova documental, imprestável à comprovação da invalidez, o improvimento do recurso é medida que se impõe. (TJMG: 104330722281440011 MG 1.0433.07.222814-4/001(1) / Relator(a):ROGÉRIO MEDEIROS)

Desse modo, resta claro que o laudo expedido pelo Instituto Médico Legal é **IMPRESINDÍVEL** para a comprovação da invalidez permanente e para a aplicação dos critérios de proporcionalidade necessários para a fixação do *quantum* indenizatório.

No caso em apreço, o autor se limitou a juntar aos autos a documentação médica. Tais documentos não comprovam suposta invalidez permanente do autor, tampouco comprovam que os ferimentos decorreram de acidente com veículo automotor.

Ante o exposto, somente a realização de perícia médica realizada por perito oficial do IML e a expedição de laudo médico pericial pormenorizado, que atenda às especificações impostas pela legislação competente, poderá confirmar o acerto da decisão administrativa que negou o pagamento do valor solicitado pelo autor.

EM SUMA, AO PERITO COMPETIRÁ APURAR A EXTENSÃO DO DANO FÍSICO SOFRIDO PELO AUTOR, BEM COMO SE HÁ OU NÃO INVALIDEZ PERMANENTE INDENIZÁVEL NO AUTOR E APLICAR O LIMITE INDENIZATÓRIO NOS TERMOS PREVISTO NA LEI 6.194/74, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA SÚMULA 474 DO STJ.

-

Isto posto, requer-se o indeferimento da inicial em razão da ausência de documento obrigatório, conforme art. 5º, §5, da Lei 6.194/74, uma vez que a apresentação de laudo pericial fornecido pelo Instituto Médico Legal é indispensável para a comprovação dos fatos alegados pelo autor.

III. 2 - IMPUGNAÇÃO AO BOLETIM DE OCORRÊNCIA COLACIONADO AOS AUTOS DA UNILATERALIDADE E DA AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL.



-

É imperioso destacar que a parte autora não apresentou qualquer documento que comprove a veracidade dos fatos alegados na peça exordial.

Destaca-se que no Boletim de Ocorrência o autor tão somente narrou o fato que teria acontecido, não lhe sendo exigido qualquer meio de prova capaz de comprovar a efetiva ocorrência do sinistro e, tampouco, de estabelecer o nexo causal entre o acidente e o dano que alega ter sofrido.

-

O que se observa é que o autor apenas lançou informações para a autoridade policial, sem que houvesse a devida e correta averiguação do relato, com o fito de dar às alegações a veracidade exigida. Desta maneira, o Boletim de Ocorrência em nada tem valor, pois o que se percebe são apenas alegações do autor, dispostas de maneira estratégica para requerimento de indenização.

De início, cumpre ressaltar que o B.O. apresentado pelo autor não cumpre o objetivo de “fazer prova da ocorrência e do dano recorrente”, **tal como exigido pelo artigo 5º da Lei 6.194/74.**

Com efeito, a simplicidade das alegações ali constantes, que se resumem a assentar meras alegações do autor, não podem ser utilizadas como meio de prova, porquanto qualquer acidente de trânsito que tenha ocorrido em qualquer época exige mais do que um simples registro para recebimento de seguro, **DEVENDO HAVER, EM VERDADE, CONCRETA INVESTIGAÇÃO PARA APURAR A EFETIVA OCORRÊNCIA DO ACIDENTE.**

A peça emitida pelo policial, com efeito, apenas retrata que o comunicante esteve na delegacia informando a ocorrência do alegado acidente de trânsito. **É DOCUMENTO UNILATERAL POR EXCELÊNCIA.**

O artigo 364 do Código de Processo Civil determina que *“o documento público faz prova não só de sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o tabelião ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença”*.

Ora, o acidente narrado na certidão de registro NÃO OCORREU NA PRESENÇA DO ESCRIVÃO nem do policial que lavrou o tal registro, pelo que é lícito concluir que **O DOCUMENTO POLICIAL JUNTADO**



AOS AUTOS NÃO FAZ PROVA DOS FATOS, PORTANTO, NÃO CUMPRE O EXIGIDO EM LEI. Nesse sentido tem sido a melhor jurisprudência:

-

Processo: REsp 264508 / MT ; RECURSO ESPECIAL

2000/0062611-2 Relator(a): Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO (1108) Órgão Julgador: T3 - TERCEIRA TURMA Data do Julgamento: 30/05/2001 Data da Publicação/Fonte: DJ 20.08.2001 p. 460 LEXSTJ vol. 147 p. 179 RT vol. 796 p. 223

Ementa

Responsabilidade civil. Acidente de trânsito. Sentença proferida pela filha do Relator. Prova. Boletim de ocorrência. Súmula nº 07 da Corte.

1. Não há na disciplina positiva vedação a que seja o recurso julgado pelo pai do Juiz que proferiu a sentença, não cabendo tal interpretação aos artigos 135, 136 e 137 do Código de Processo Civil, o segundo modificado pelo art. 128 da LOMAN.

2. **Já decidiu a Corte que o Boletim de Ocorrência "não gera presunção iuris tantum da veracidade dos fatos narrados, uma vez que apenas consigna as declarações unilaterais narradas pelo interessado, sem atestar que tais informações sejam verdadeiras".**

3. Não cabe no especial o reexame da prova produzida (Súmula nº 07 da Corte).

4. Recurso especial não conhecido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso especial. Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Antônio de Pádua Ribeiro e Ari Pargendler votaram com o Sr. Ministro Relator.

No mesmo sentido:

Processo: REsp 439760 / ES ; RECURSO ESPECIAL

2002/0066502-6 Relator(a): Ministro BARROS MONTEIRO (1089) Órgão Julgador: T4 - QUARTA TURMA Data do Julgamento : 20/08/2002 Data da Publicação/Fonte: DJ 18.11.2002 p. 229

Ementa



RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. BOLETIM DE OCORRÊNCIA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE ELIDIDA ATRAVÉS DE OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS. RECURSO ESPECIAL INADMISSÍVEL.

- Não é admissível admitir-se valor probante a um determinado documento (B.O.), que não vem corroborado pelos demais elementos de prova coligidos nos autos.

- Pretensão dos recorrentes, em última análise, de revolver o conjunto probatório. Incidência da Súmula nº 7-STJ.Recurso especial não conhecido.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas: Decide a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, na forma do relatório e notas taquigráficas precedentes que integram o presente julgado. Votaram com o Relator os Srs. Ministros Ruy Rosado de Aguiar e Aldir Passarinho Junior. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros César Asfor Rocha e Sálvio de Figueiredo Teixeira.

BOLETIM DE OCORRÊNCIA. DECLARAÇÃO UNILATERAL DA VÍTIMA. PROVA INSUFICIENTE. PRECEDENTES DO STF E DO STJ.1. **O boletim de ocorrência policial advém de declaração unilateral da vítima, razão pela qual não é considerado meio hábil a comprovar a ocorrência do fato nele narrado, mormente quando desacompanhado de outros elementos probatórios. Precedente: STF, HC 83617-SP, Rel. Min. NELSON JOBIM, DJU 25.06.05. 2. Em que pese ser documento sujeito ao regime de direito público, o egrégio STJ vem decidindo que o boletim de ocorrência não gera presunção juris tantum da veracidade dos fatos nele narrados.**(361134 AL 0012091-03.2003.4.05.8000, Relator: Desembargador Federal Manoel Erhardt, Data de Julgamento: 10/06/2008, Segunda Turma, Data de Publicação: Fonte: Diário da Justiça - Data: 01/07/2008 - Página: 253 - Nº: 124 - Ano: 2008)

-

AINDA QUE TAL DOCUMENTO FIZESSE PROVA DE QUE O ACIDENTE OCORREU, NÃO FARIA PROVA DE QUE A LESÃO DECORREU DO ALEGADO ACIDENTE.

-

Com efeito, considerando o lapso temporal havido entre a sua lavratura pela autoridade policial e o acidente ocorrido, não há como considerá-lo declaração válida, visto que não demonstra nexo de causalidade entre o alegado acidente e a lesão do autor.

O Requerente apenas alega o fato em sua inicial, sem juntar ao processo elementos que comprovem suas afirmações ou os fatos que fundamentam seu pedido.



Os fatos alegados na inicial, entretanto, não podem limitar-se a simples alegações, mas, ao contrário, devem ser comprovados, para que possam ser levados em conta pelo juiz na sua decisão.

O dever de produzir as provas necessárias à comprovação da existência e da veracidade desses fatos é que vem a ser o ônus da prova (do latim *onus probandi*, dever de provar) que, na Lei Processual brasileira vem expressa no artigo 333, I, quando atribui o autor o dever de produzir as provas quanto aos fatos que fundamentam o seu pedido.

Destarte, o critério para distinguir a qual das partes incumbe o ônus da prova de uma afirmação é o interesse da própria afirmação. **Cabe provar a quem tem interesse de afirmar; portanto, quem apresenta uma pretensão cumpre provar-lhe os fatos constitutivos, sendo assim, deveria o Requerente ter provado as suas afirmações feitas na sua peça exordial.**

CONCLUI-SE, PORTANTO, QUE O BOLETIM DE Ocorrência TARDIO QUE SE ENCONTRA NOS AUTOS CONFIRMA APENAS QUE O INTERESSADO PRESTOU AS DECLARAÇÕES ALI CONTIDAS, PORÉM NÃO COMPROVA QUE O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO DE FATO Ocorreu, TAMPOUCO QUE AS LESÕES DA VÍTIMA DECORRERAM DO ACIDENTE ALEGADO, HAVENDO CLARO ROMPIMENTO DO NEXO CAUSAL.

Dessa forma, à luz do princípio *actori incumbit probatio*, resta evidenciada que o autor não logrou êxito em provar de maneira contundente a ocorrência do acidente. Sendo assim, requer que seja a presente demanda declarada **IMPROCEDENTE**, extinguindo-se o processo com resolução do mérito, ante a absoluta carência de suporte probatório.

III. 3 - DO INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO AO PAGAMENTO – SEM COBERTURA TÉCNICA – CICLOMOTOR – VEÍCULO NÃO CONFIGURADO COMO VEÍCULO AUTOMOTOR DE VIA TERRESTRE – SEM SEQUELAS.

Conforme dito, o Autor protocolou requerimento administrativo que visava ao pagamento da indenização referente ao Seguro DPVAT, em razão de lesão permanente, decorrente do suposto acidente de trânsito.



Ocorre que, após a avaliação dos documentos enviados a Seguradora requerida, concluiu-se que o veículo o veículo utilizado pela vítima, qual seja “moto da marca/modelo TRAXX,” não está contido no rol de veículos acobertados pelo Seguro DPVAT vez que o mesmo não pode ser configurado como veículo automotor de via terrestre.

Excelência, sabe-se que para haver indenização do seguro DPVAT, os danos devem ser causados efetivamente por veículos automotores de via terrestre ou por sua carga, consoante art. 2º da Lei nº 6.194/1974.

No caso em apreço, a negativa motivada da Seguradora de pagamento indenizatório se deu tendo em vista que o Seguro DPVAT não cobre as circunstâncias do acidente.

-

Percebe-se, Excelência, que os documentos exigidos pela Seguradora objetivam, tão somente, que o beneficiário demonstre, de forma contundente, que é merecedor do pagamento da indenização, contudo, conforme se pode verificar, o veículo ora utilizado no evento não pode ser configurado como veículo automotor de via terrestre consoante a legislação vigente, tampouco foi juntado documentos que comprovem a existência da lesão permanente.

-

Douto Magistrado, a Seguradora Ré negou o requerimento administrativo por entender que as circunstâncias em que ocorreu o sinistro do Autor não está contido no rol de cobertura técnica do Seguro DPVAT. Sendo assim, é lógico que a seguradora não contemplaria seu direito.

Por esta razão, verifica-se que a seguradora requerida não negou o requerimento do Autor por simples ato de liberalidade e sem fundamento. Na realidade, a razão pela qual a parte autora teve seu pedido administrativo **INDEFERIDO** foi o fato de que o Seguro DPVAT somente paga indenização a pessoas que obtiveram invalidez permanente em razão do acidente, o que não é o caso dos autos.

Diante do exposto, requer o **INDEFERIMENTO** da presente ação em todos os seus termos, tendo em vista que não assiste ao Autor o direito a indenização acobertada pelo Seguro DPVAT, uma vez que não se trata de evento sob circunstâncias cobertas pelo Seguro DPVAT.

-



III. 4 - DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

O seguro DPVAT materializa-se por meio de um contrato, de imposição legal, mas sempre um contrato. E sendo, como é, um contrato de seguro, não foge à índole eminentemente indenizatória que o caracteriza, nos exatos termos dos arts. 757 e 781 do Código Civil, de vez que o interesse legítimo do segurado não pode ser superior aos seus reais prejuízos, e a indenização não pode ultrapassar o valor desse interesse, sob pena de incorrer em enriquecimento sem causa.

A responsabilidade que daí decorre, para ambas as partes (a bilateralidade também é da essência do contrato de seguro), é CONTRATUAL, e não extracontratual. NÃO SE APLICA, DESSA FORMA, *IN CASU*, A SÚMULA 54 DO STJ, segundo a qual “*os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual*”.

Desta feita, não tendo a seguradora praticado qualquer ilicitude, caso seja condenada a pagar a indenização pretendida, o que se admite apenas por apego ao debate, não são os juros moratórios devidos, cabendo contar-se a incidência dos mesmos, quando muito, A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL, conforme disposição expressa do art. 405 do Código Civil e súmula 426 do STJ:

Súmula 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.

Acerca da CORREÇÃO MONETÁRIA, espera a Ré que seja observada a DATA DO EVENTO DANOSO como termo inicial para a sua incidência, face o entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça, a teor da Súmula nº 580 dessa Corte:

Súmula 580/STJ: “A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso.”

Adicionalmente, constata-se que há na Lei do Seguro DPVAT dispositivo que disciplina expressamente a correção monetária, qual seja o art. 5º, §7º da Lei nº 6.194/74, a qual prevê *in verbis*:



Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

(...)

§7º Os valores correspondentes às indenizações, **na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido** e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado.

Com efeito, o comando inserido no art. 5º, §1º, da Lei 6.194/74, estabelece que as indenizações do Seguro DPVAT deverão ser pagas no prazo de “30 dias da entrega dos [...] documentos” elencados na lei. Diante disso, determina o §7º do referido dispositivo legal que apenas “na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária” os valores correspondentes às indenizações do Seguro DPVAT “sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido”.

Não se trata de uma especificidade do Seguro DPVAT, tendo em vista que o art. 772 do Código Civil concede o mesmo tratamento à matéria:

Art. 772 - A mora do segurador em pagar o sinistro obriga à atualização monetária da indenização devida segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, sem prejuízo dos juros moratórios.

Assim, verifica-se que em caso de uma eventual condenação, a correção deve incidir a partir do evento danoso, nos moldes do que estabelece a Súmula nº 580 do STJ, não havendo que se falar em juros de mora.

-

-

III. 5 – DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Tendo em vista o baixo grau de complexidade do feito, sua natureza, o local onde tramita e a celeridade da demanda, em caso de condenação, o que se admite apenas por argumentar, requer sejam fixados os honorários advocatícios no mínimo legal de 10%, conforme dispõe o artigo 20 do CPC.



Contudo, se isto não ocorrer, sendo o autor beneficiário de assistência judiciária gratuita se requer que seja respeitado o limite de 15% estabelecido pelo art. 11, P1º, da Lei nº 1.060/50, que determina:

“Art. 11 - Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciários serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§1º - Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15%(quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença.” (grifo nosso)

Nesse sentido, já se pronunciou nossa jurisprudência:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO – 1. Apontando a parte embargante que houve condenação em honorários fora dos limites do art. 11, P 1º, da Lei nº 1.060/50, dele não cuidando o Acórdão recorrido, impõe-se a integração, ainda mais considerando a divergência jurisprudencial que existe sobre o ponto. 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ – REsp – 297716 – MG – 3ª T. – Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito – DJU 01.10.2001 – p. 00211)

EMBARGOS DECLARATÓRIOS – AJG – VERBA ADVOCATÍCIA FIXADA EM PERCENTUAL QUE EXCEDE À LIMITAÇÃO DA LEI 1.060/50 – PREQUESTIONAMENTO – Equívoco na fixação dos honorários de advogado em 20% do valor da condenação. Afronta ao art. 11, P 1º da Lei 1.060/50. Limitação ao percentual de 15% que se impõe. Ausência de omissão substancial na apreciação da controvérsia jurídica central, segundo estabelece o art. 535, II do CPC. (TJRS – EDcl 70005256284 – 9ª C.Cív. – Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino – J. 27.11.2002)

Assim, requer que, havendo condenação ao pagamento de honorários advocatícios, que seja arbitrada no mínimo legal (10%) e, se isto não ocorrer, que seja observado o teto estabelecido pela Lei de Assistência Judiciária Gratuita de 15% sobre o valor da condenação.

IV – DA MANIFESTAÇÃO DO LAUDO PERICIAL.

Após análise minuciosa dos autos deste processo, foi possível identificar que os documentos médicos, colacionado aos autos pelo Autor, em nada comprovam sua suposta invalidez permanente, tampouco logram êxito em comprovar lesão em grau superior ao que já foi indenizado.

Na realidade, os documentos médicos atestam tão somente a existência de danos físicos sem que, em qualquer momento, apontem a causa de tais danos, ou seja, não se pode confirmar o nexo causal.



Deste modo, não há nenhum documento médico juntado pelo Autor capaz de embasar a lesão atestada pelo perito judicial. E ainda que este nexó fosse comprovado, como já se demonstrou fartamente durante o processo, ESTE É UM CASO QUE NÃO POSSUI COBERTURA DE SEGURO DPVTA, não havendo, portanto, que se falar em qualquer pagamento por parte da Seguradora Ré.

Ante o exposto, faz-se necessário que a presente ação seja julgada TOTALMENTE IMPROCEDENTE, com fulcro nos termos do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil/2015.

-

V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se que este d. Julgador se digne :

- I- Julgar TOTALMENTE IMPROCEDENTE a ação, tendo em vista que não foram juntados aos autos documentos essenciais à propositura da ação, não havendo, portanto, possibilidade legal que enseje o possível deferimento de pagamento do valor da indenização, o qual corresponderia tão somente a enriquecimento sem causa do Requerente, tendo em vista que a autora não provou os fatos constitutivos do seu direito, na medida em que não restou evidenciado o nexó causal entre a lesão da vítima e o acidente de trânsito;
- II- Subsidiariamente, o que se admite apenas pelo apego ao debate, requer-se seja valorado o *quantum* a ser pago com especial atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como ao disposto no art. 792 do Código Civil, restando, assim, não havendo que se falar em juros ou correção monetária de tais valores;
- III- Requer-se, ainda, o indeferimento do pedido de justiça gratuita, tendo em vista que o Requerente optou por promover a presente ação com amparo de advogado particular quando poderia ter procurado a Defensoria Pública do Estado do Ceará, o que destoaria do comportamento de quem alega não possuir condições de arcar com custas processuais sem comprometer o seu próprio sustento;
- IV- Em caso de uma eventual condenação, requer que a correção incida a partir do evento danoso, nos moldes do que estabelece a Súmula nº 580 do STJ, e os juros de mora a partir da citação.
- V- Sem prejuízo do ônus da prova, que é da parte Autora (art. 333, inciso I, do CPC), a Demandada protesta pela produção de todos os meios de prova em Direito admitidos, notadamente prova pericial, juntada de novos documentos e principalmente pela oitiva de testemunhas em audiência, se acaso necessários ao deslinde da contenda (art. 332 do CPC).



Por fim, reitera o pedido de que todas as publicações dos atos processuais posteriores sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do advogado **WILSON SALES BELCHIOR**, inscrito na **OAB/RN sob o número 768-A**, sob pena de nulidade.

Os documentos que instruem a presente contestação são declarados pelos causídicos/signatários da Demandada como autênticos, tratando-se de cópias fidedignas dos respectivos originais, o que declaram sob as penas da lei e calçados no artigo 219 do Código Civil de 2002 e no artigo 385 (primeira parte) do CPC.

Termos em que espera deferimento.

Fortaleza/CE, 07 de dezembro de 2016.

WILSON BELCHIOR
OAB/RN 768-A



ROCHA, MARINHO
E SALES
ADVOCADOS

ANASTACIO MARINHO
CAIO CESAR ROCHA
DEBORAH SALES
TIAGO ASFOR ROCHA
WILSON SALES BELCHIOR
AMAUURY GOMES
ANA AMÉLIA RAMOS
ANA CAROLINNE DA SILVA
ANA JULIA SILVA
ANDRESSA FRANÇA
BÁRBARA ROCHA
BRENO PESSOA
CARLA LIMA
CAROLINA BEZERRA
CHIARA PIMENTA

CLÁUDIA ARRUDA
CRISTIANA FREITAS
CRISTIANE CARVALHO
DANIELLE LUCENA
DAVID ROCHA
EDUARDO FERRI
ÉLIDA LIMA MARTINS
ELORA FERNANDES
EMANUELLA PONTES
ÉRIKA NÓBREGA
EVELINE LIMA
FABIOLA FEIJÓ
FABIOLA FREITAS
FLÁVIA LINS
GLAUBER NUNES

HUGO MELO
ÍCARO REBOUÇAS
ILANA LIMA
JANIELLE SEVERO
JOÃO PIMENTEL
JULIANA MIRANDA
JÚLIO CABRAL
JUSSARA MAFRA
KAMILA CARVALHO
LARISSA MAIA
LARISSA SILVEIRA
LARISSA RODRIGUES
LAYLA MILENA
LEONARDO CAPISTRANO
LIANE OLIVEIRA

LUCAS ASFOR
LUCAS CAVALCANTE
MAGDA MADEIRA
MANOEL BURGOS
MARCELE ALENCAR
MÁRCIO MACIEL
MÁRCIO MOITINHO
MARCUS FREITAS
MARIELE BRAGANTE
MAYRA REGUEIRA
MIGUEL CORDEIRO
NATASHE MESQUITA
NATHALIA BARROS
NATHALIA RODRIGUES
NATHALY SOUZA

PATRICIA SANTOS
PAULO LUCENA
PEDRO CAMINHA
RAFAEL NOGUEIRA
RENAN REBOUÇAS
RENATO ARRUDA
ROBERTA PORTELA
RUAN CASTRO PAIVA
TATHIANNE LUIZ
VANESSA FREIRE
VÂNIA COSTA
WILTON GALVÃO

CONSULTOR:
MIN. PAULO GALLOTTI

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORÓ - RN.**

PROCESSO Nº 0812467-95.2016.8.20.5106

REQUERENTE: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

REQUERIDA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, empresa seguradora com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º andar - Centro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representadas por seus advogados infra signatários, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, proposta por **JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ**, em trâmite perante este d. Juízo, vem, com o devido respeito e acatamento, à presença de V. Exa., com fulcro nos arts. 297 e 230 do Código de Processo Civil, apresentar **CONTESTAÇÃO** consoante as razões de fato e de direito a seguir delineadas.

www.rochamarinho.adv.br



I - DAS INTIMAÇÕES

Inicialmente, requer que sejam as publicações e intimações alusivas ao presente feito realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do advogado **WILSON SALES BELCHIOR**, inscrito na **OAB/RN** sob o **nº 768-A**, SOB PENA DE NULIDADE.

II - DOS FATOS

Alega o autor em sua peça exordial que, no dia 08 de março de 2015, sofreu acidente de trânsito do qual resultou lesões em seu corpo.

Ocorre que, a Seguradora ré, após farta análise da referida documentação, a Seguradora Líder concluiu que o dano reclamado não é decorrente de evento sujeito à cobertura técnica pelo Seguro DPVAT, razão pela qual o Autor teve seu pedido de indenização **NEGADO**, uma vez que o Seguro DPVAT só acoberta os casos que houver invalidez permanente.

A despeito dos fatos alegados pelo autor em sua peça exordial, não há que se falar em devida indenização a ser realizada pela demandada, uma vez que, conforme restará fartamente demonstrado a seguir, o dano reclamado não é decorrente de evento sujeito à cobertura técnica pelo Seguro DPVAT.

III - DO MÉRITO

III.1 - DO ÔNUS DA PROVA QUANTO AO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR.

Cumprе destacar que quando ocorre um acidente de trânsito, a relação jurídica que nasce, qual seja, o direito do segurado ou beneficiário em receber a indenização e a obrigação da seguradora em pagar a indenização está amparada por lei específica, que estabelece um direito e uma obrigação que configuram uma relação própria, específica, afastando-se, assim, a natureza de relação de consumo.

Assim, cabe o autor produzir provas dos atos constitutivos de seu direito, o que não ocorreu, uma vez que a documentação médica juntada pela parte autora não constata em momento algum que das lesões advindas do acidente decorreram invalidez permanente, quando



era ônus da mesma tal comprovação, devendo ser aplicado no presente caso o art. 333, I, do CPC, in verbis:

Art. 333. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

O Requerente apenas alega o fato em sua inicial, qual seja, a necessidade de receber indenização, sem juntar ao processo elementos que comprovem suas indagações ou os fatos que fundamentam seu pedido, ao invés disso, autor se limita a juntar aos autos ficha de atendimento médico que não menciona em momento algum que do trauma decorrente do acidente tenha resultado prejuízos que causem invalidez permanente.

Veja Exa., os fatos mencionados na inicial, entretanto, não podem limitar-se a simples alegações, mas, ao contrário, devem ser comprovados, para que possam ser levados em conta pelo juiz na sua decisão.

A assessoria médica da Seguradora requerida, avaliou os documentos apresentados pelo autor e verificou que não resultaram sequelas que tenham ensejado invalidez permanente indenizável, portanto o autor não faz jus ao pagamento de indenização, **o que dá ensejo à improcedência do pleito inicial.**

O fato em análise trata de aspecto constitutivo do direito da parte autora, logo, a esta cabe o ônus da prova, assim, não havendo nos autos prova suficiente a demonstrar à incapacidade da vítima, resta inviabilizado o pedido de recebimento do valor da indenização.

Nesse sentido, segue julgado proferido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul cuja ementa tem o seguinte teor:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS DANOS DESCRITOS NA EXORDIAL. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo



Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A Lei n.º 6.194/74, que criou o seguro DPVAT, alterada pela Lei n.º 8.441/92, é o texto legal que regulamenta os valores das indenizações relativas ao seguro obrigatório. 3. No caso em exame, a parte autora não comprovou a ocorrência de invalidez permanente do cedente decorrente do acidente de trânsito descrito na exordial, ônus que lhe impunha e do qual não se desincumbiu, a teor do que estabelece o art. 333, inciso I, do Código de Processo Civil. 4. Assim, manter a sentença de improcedência da demanda é à medida que se impõe. Negado provimento ao apelo. (Apelação Cível Nº 70034866285, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 31/03/2010)

Sendo assim, não pode em momento algum, o autor alegar que o simples pedido de produção de prova pericial supre a necessidade de apresentar documentos imprescindíveis para comprovar o fato constitutivo do direito alegado, bem como a veracidade do mesmo, devendo o ônus da prova ser suportado por ela.

Em razão do exposto, à luz do princípio *actori incumbit probatio*, resta evidenciada que o autor não logrou êxito em provar de maneira contundente os fatos alegados na exordial, o que é seu dever e, portanto, não cabe à parte requerida fazê-lo em seu lugar, portanto requer a improcedência do pleito ante a absoluta carência de suporte probatório.

III. 2 - DA OBRIGATORIEDADE DE LAUDO PERICIAL E DA NECESSIDADE DE QUANTIFICAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE.

Inicialmente, cumpre destacar que a Lei 6.194/74, alterada pela Lei 11.482/2007, em seu art. 5º, § 5º, prevê, dentre os documentos que obrigatoriamente devem constar para fins de requerimento de indenização por danos decorrentes de acidente com veículo automotor, laudo médico fornecido pelo Instituto Médico Legal.



Tal obrigatoriedade tem como intuito dificultar requerimentos fraudulentos ao seguro DPVAT, uma vez que a realização de Laudo por peritos pertencentes a órgão especializado teria o condão de dificultar tal prática. Este também é o entendimento dos Tribunais Pátrios a respeito da matéria acima:

Tipo do Recurso: RECURSO INOMINADO / N° do Recurso: 04557/2011 / Origem: 11. JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA CAPITAL / Processo Originário: 03051/2010 / Relator: JUIZ - RAIMUNDO NONATO DE SOUZA BRAID FILHO / Relator do Acórdão: JUIZ - RAIMUNDO NONATO DE SOUZA BRAID FILHO / Órgão Julgador 2a. TURMA RECURSAL / Data de Julgamento: 12/9/2011.

Ementa: RECURSO INOMINADO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). LEI 11.945/09. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. A LEI 11.945/2009, EXIGE ALÉM DA PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE COM VEÍCULO AUTOMOTOR, A VERIFICAÇÃO DE SUA GRADUAÇÃO PARA FINS DE QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO À INCAPACIDADE DO AUTOR. A COMPROVAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL, É RESPONSABILIDADE DA PARTE AUTORA. **OBRIGATORIEDADE LEGAL DE REALIZAÇÃO DE EXAME PELO DML DA CIDADE DA PARTE RECORRENTE OU DO LOCAL MAIS PRÓXIMO, EM CASO DE INEXISTÊNCIA. EXEGESE DO 5º, § 5º, DA LEI 6.194/74. ADOÇÃO DO ENTENDIMENTO DO STJ, DE QUE A ELABORAÇÃO DO LAUDO PERICIAL É OBRIGATORIAMENTE PELO DML - DEPARTAMENTO MÉDICO LEGAL.** NO CASO CONCRETO, NÃO TENDO O AUTOR COMPROVADO O FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO, QUAL SEJA, SUA EFETIVA INCAPACIDADE PERMANENTE E O GRAU DESSA SUA INCAPACIDADE, ÔNUS QUE LHE COMPETIA (CPC, ART. 333, I), NÃO FAZ JUS À PERCEPÇÃO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. RECURSO IMPROVIDO.

Ementa: SEGURO - DPVAT - LAUDO DO IML - DOCUMENTO NECESSÁRIO - PRINCÍPIO DE PROVA - INEXISTÊNCIA - PERÍCIA-NECESSIDADE - AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO, GRAU DE INCAPACIDADE E CARÁTER DEFINITIVO - COMPLEMENTAÇÃO DE EXAME DE CORPO DE DELITO - ÔNUS DA PROVA - AUTOR.

Tratando-se de pleito relativo a indenização oriunda de seguro DPVAT, **mostra-se imprescindível, nos casos de invalidez permanente, o laudo pericial, expedido pelo Instituto Médico Legal, indicando intensidade das lesões sofridas pela vítima.** Se necessário, deverá ser realizado exame pericial complementar para afirmar a invalidez, sua extensão e o grau de incapacidade do acidentado, para comprovação das lesões. Mostrando-se necessária a prova pericial, e pretendendo o autor amparar suas



alegações tão somente em prova documental, imprestável à comprovação da invalidez, o improvimento do recurso é medida que se impõe. (TJMG: 104330722281440011 MG 1.0433.07.222814-4/001(1) / Relator(a):ROGÉRIO MEDEIROS)

Desse modo, resta claro que o laudo expedido pelo Instituto Médico Legal é **IMPRESINDÍVEL** para a comprovação da invalidez permanente e para a aplicação dos critérios de proporcionalidade necessários para a fixação do *quantum* indenizatório.

No caso em apreço, o autor se limitou a juntar aos autos a documentação médica. Tais documentos não comprovam suposta invalidez permanente do autor, tampouco comprovam que os ferimentos decorreram de acidente com veículo automotor.

Ante o exposto, somente a realização de perícia médica realizada por perito oficial do IML e a expedição de laudo médico pericial pormenorizado, que atenda às especificações impostas pela legislação competente, poderá confirmar o acerto da decisão administrativa que negou o pagamento do valor solicitado pelo autor.

EM SUMA, AO PERITO COMPETIRÁ APURAR A EXTENSÃO DO DANO FÍSICO SOFRIDO PELO AUTOR, BEM COMO SE HÁ OU NÃO INVALIDEZ PERMANENTE INDENIZÁVEL NO AUTOR E APLICAR O LIMITE INDENIZATÓRIO NOS TERMOS PREVISTO NA LEI 6.194/74, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA SÚMULA 474 DO STJ.

Isto posto, requer-se o indeferimento da inicial em razão da ausência de documento obrigatório, conforme art. 5º, §5, da Lei 6.194/74, uma vez que a apresentação de laudo pericial fornecido pelo Instituto Médico Legal é indispensável para a comprovação dos fatos alegados pelo autor.

III. 2 - IMPUGNAÇÃO AO BOLETIM DE OCORRÊNCIA COLACIONADO AOS AUTOS DA UNILATERALIDADE E DA AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL.

É imperioso destacar que a parte autora não apresentou qualquer documento que comprove a veracidade dos fatos alegados na peça exordial.



Destaca-se que no Boletim de Ocorrência o autor tão somente narrou o fato que teria acontecido, não lhe sendo exigido qualquer meio de prova capaz de comprovar a efetiva ocorrência do sinistro e, tampouco, de estabelecer o nexo causal entre o acidente e o dano que alega ter sofrido.

O que se observa é que o autor apenas lançou informações para a autoridade policial, sem que houvesse a devida e correta averiguação do relato, com o fito de dar às alegações a veracidade exigida. Desta maneira, o Boletim de Ocorrência em nada tem valor, pois o que se percebe são apenas alegações do autor, dispostas de maneira estratégica para requerimento de indenização.

De início, cumpre ressaltar que o B.O. apresentado pelo autor não cumpre o objetivo de "fazer prova da ocorrência e do dano recorrente", tal como exigido pelo artigo 5º da Lei 6.194/74.

Com efeito, a simplicidade das alegações ali constantes, que se resumem a assentar meras alegações do autor, não podem ser utilizadas como meio de prova, porquanto qualquer acidente de trânsito que tenha ocorrido em qualquer época exige mais do que um simples registro para recebimento de seguro, DEVENDO HAVER, EM VERDADE, CONCRETA INVESTIGAÇÃO PARA APURAR A EFETIVA OCORRÊNCIA DO ACIDENTE.

A peça emitida pelo policial, com efeito, apenas retrata que o comunicante esteve na delegacia informando a ocorrência do alegado acidente de trânsito. É DOCUMENTO UNILATERAL POR EXCELÊNCIA.

O artigo 364 do Código de Processo Civil determina que "*o documento público faz prova não só de sua formação, mas também dos fatos que o escrevem, o tabelião ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença*".

Ora, o acidente narrado na certidão de registro NÃO OCORREU NA PRESENÇA DO ESCRIVÃO nem do policial que lavrou o tal registro, pelo que é lícito concluir que O DOCUMENTO POLICIAL JUNTADO AOS AUTOS NÃO FAZ PROVA DOS FATOS, PORTANTO, NÃO CUMPRE O EXIGIDO EM LEI. Nesse sentido tem sido a melhor jurisprudência:



Processo: REsp 264508 / MT ; RECURSO ESPECIAL
2000/0062611-2 Relator(a): Ministro CARLOS ALBERTO
MENEZES DIREITO (1108) Órgão Julgador: T3 - TERCEIRA
TURMA Data do Julgamento: 30/05/2001 Data da
Publicação/Fonte: DJ 20.08.2001 p. 460 LEXSTJ vol. 147
p. 179 RT vol. 796 p. 223

Ementa

Responsabilidade civil. Acidente de trânsito. Sentença proferida pela filha do Relator. Prova. Boletim de ocorrência. Súmula nº 07 da Corte.

1. Não há na disciplina positiva vedação a que seja o recurso julgado pelo pai do Juiz que proferiu a sentença, não cabendo tal interpretação aos artigos 135, 136 e 137 do Código de Processo Civil, o segundo modificado pelo art. 128 da LOMAN.

2. **Já decidiu a Corte que o Boletim de Ocorrência "não gera presunção iuris tantum da veracidade dos fatos narrados, uma vez que apenas consigna as declarações unilaterais narradas pelo interessado, sem atestar que tais informações sejam verdadeiras".**

3. Não cabe no especial o reexame da prova produzida (Súmula nº 07 da Corte).

4. Recurso especial não conhecido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso especial. Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Antônio de Pádua Ribeiro e Ari Pargendler votaram com o Sr. Ministro Relator.

No mesmo sentido:

Processo: REsp 439760 / ES ; RECURSO ESPECIAL
2002/0066502-6 Relator(a): Ministro BARROS MONTEIRO
(1089) Órgão Julgador: T4 - QUARTA TURMA Data do
Julgamento : 20/08/2002 Data da Publicação/Fonte: DJ
18.11.2002 p. 229

Ementa

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. BOLETIM DE OCORRÊNCIA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE ELIDIDA ATRAVÉS DE OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS. RECURSO ESPECIAL INADMISSÍVEL.

- Não é admissível admitir-se valor probante a um determinado documento (B.O.), que não vem corroborado pelos demais elementos de prova coligidos nos autos.

- Pretensão dos recorrentes, em última análise, de revolver o conjunto probatório. Incidência da Súmula nº 7-STJ. Recurso especial não conhecido.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas: Decide a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, na forma do relatório e notas taquigráficas precedentes que integram o presente julgado. Votaram com o Relator os Srs. Ministros Ruy Rosado de Aguiar e Aldir Passarinho Junior. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros César Asfor Rocha e Sálvio de Figueiredo Teixeira.



BOLETIM DE OCORRÊNCIA. DECLARAÇÃO UNILATERAL DA VÍTIMA. PROVA INSUFICIENTE. PRECEDENTES DO STF E DO STJ.1. O boletim de ocorrência policial advém de declaração unilateral da vítima, razão pela qual não é considerado meio hábil a comprovar a ocorrência do fato nele narrado, mormente quando desacompanhado de outros elementos probatórios. Precedente: STF, HC 83617-SP, Rel. Min. NELSON JOBIM, DJU 25.06.05. 2. Em que pese ser documento sujeito ao regime de direito público, o egrégio STJ vem decidindo que o boletim de ocorrência não gera presunção juris tantum da veracidade dos fatos nele narrados. (361134 AL 0012091-03.2003.4.05.8000, Relator: Desembargador Federal Manoel Erhardt, Data de Julgamento: 10/06/2008, Segunda Turma, Data de Publicação: Fonte: Diário da Justiça - Data: 01/07/2008 - Página: 253 - Nº: 124 - Ano: 2008)

AINDA QUE TAL DOCUMENTO FIZESSE PROVA DE QUE O ACIDENTE OCORREU, NÃO FARIA PROVA DE QUE A LESÃO DECORREU DO ALEGADO ACIDENTE.

Com efeito, considerando o lapso temporal havido entre a sua lavratura pela autoridade policial e o acidente ocorrido, não há como considerá-lo declaração válida, visto que não demonstra nexo de causalidade entre o alegado acidente e a lesão do autor.

O Requerente apenas alega o fato em sua inicial, sem juntar ao processo elementos que comprovem suas afirmações ou os fatos que fundamentam seu pedido.

Os fatos alegados na inicial, entretanto, não podem limitar-se a simples alegações, mas, ao contrário, devem ser comprovados, para que possam ser levados em conta pelo juiz na sua decisão.

O dever de produzir as provas necessárias à comprovação da existência e da veracidade desses fatos é que vem a ser o ônus da prova (do latim *onus probandi*, dever de provar) que, na Lei Processual brasileira vem expressa no artigo 333, I, quando atribui o autor o dever de produzir as provas quanto aos fatos que fundamentam o seu pedido.

Destarte, o critério para distinguir a qual das partes incumbe o ônus da prova de uma afirmação é o interesse da própria afirmação. **Cabe provar a quem tem interesse de afirmar; portanto, quem apresenta uma pretensão cumpre provar-lhe os fatos**



constitutivos, sendo assim, deveria o Requerente ter provado as suas afirmações feitas na sua peça exordial.

CONCLUI-SE, PORTANTO, QUE O BOLETIM DE Ocorrência TARDIO QUE SE ENCONTRA NOS AUTOS CONFIRMA APENAS QUE O INTERESSADO PRESTOU AS DECLARAÇÕES ALI CONTIDAS, PORÉM NÃO COMPROVA QUE O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO DE FATO OCORREU, TAMPOUCO QUE AS LESÕES DA VÍTIMA DECORRERAM DO ACIDENTE ALEGADO, HAVENDO CLARO ROMPIMENTO DO NEXO CAUSAL.

Dessa forma, à luz do princípio *actori incumbit probatio*, resta evidenciada que o autor não logrou êxito em provar de maneira contundente a ocorrência do acidente. Sendo assim, requer que seja a presente demanda declarada IMPROCEDENTE, extinguindo-se o processo com resolução do mérito, ante a absoluta carência de suporte probatório.

III. 3 - DO INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO AO PAGAMENTO - SEM COBERTURA TÉCNICA - CICLOMOTOR - VEÍCULO NÃO CONFIGURADO COMO VEÍCULO AUTOMOTOR DE VIA TERRESTRE - SEM SEQUELAS.

Conforme dito, o Autor protocolou requerimento administrativo que visava ao pagamento da indenização referente ao Seguro DPVAT, em razão de lesão permanente, decorrente do suposto acidente de trânsito.

Ocorre que, após a avaliação dos documentos enviados a Seguradora requerida, concluiu-se que o veículo o veículo utilizado pela vítima, qual seja "moto da marca/modelo TRAXX," não está contido no rol de veículos acobertados pelo Seguro DPVAT vez que o mesmo não pode ser configurado como veículo automotor de via terrestre.

Excelência, sabe-se que para haver indenização do seguro DPVAT, os danos devem ser causados efetivamente por veículos automotores de via terrestre ou por sua carga, consoante art. 2º da Lei nº 6.194/1974.



No caso em apreço, a negativa motivada da Seguradora de pagamento indenizatório se deu tendo em vista que o Seguro DPVAT não cobre as circunstâncias do acidente.

Percebe-se, Excelência, que os documentos exigidos pela Seguradora objetivam, tão somente, que o beneficiário demonstre, de forma contundente, que é merecedor do pagamento da indenização, contudo, conforme se pode verificar, o veículo ora utilizado no evento não pode ser configurado como veículo automotor de via terrestre consoante a legislação vigente, tampouco foi juntado documentos que comprovem a existência da lesão permanente.

Douto Magistrado, a Seguradora Ré negou o requerimento administrativo por entender que as circunstâncias em que ocorreu o sinistro do Autor não está contido no rol de cobertura técnica do Seguro DPVAT. Sendo assim, é lógico que a seguradora não contemplaria seu direito.

Por esta razão, verifica-se que a seguradora requerida não negou o requerimento do Autor por simples ato de liberalidade e sem fundamento. Na realidade, a razão pela qual a parte autora teve seu pedido administrativo **INDEFERIDO** foi o fato de que o Seguro DPVAT somente paga indenização a pessoas que obtiveram invalidez permanente em razão do acidente, o que não é o caso dos autos.

Diante do exposto, requer o **INDEFERIMENTO** da presente ação em todos os seus termos, tendo em vista que não assiste ao Autor o direito a indenização acobertada pelo Seguro DPVAT, uma vez que não se trata de evento sob circunstâncias cobertas pelo Seguro DPVAT.

III. 4 - DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

O seguro DPVAT materializa-se por meio de um contrato, de imposição legal, mas sempre um contrato. E sendo, como é, um contrato de seguro, não foge à índole eminentemente indenizatória que o caracteriza, nos exatos termos dos arts. 757 e 781 do Código Civil, de vez que o interesse legítimo do segurado não pode ser superior aos seus reais prejuízos, e a indenização não pode



ultrapassar o valor desse interesse, sob pena de incorrer em enriquecimento sem causa.

A responsabilidade que daí decorre, para ambas as partes (a bilateralidade também é da essência do contrato de seguro), é CONTRATUAL, e não extracontratual. NÃO SE APLICA, DESSA FORMA, *IN CASU*, A SÚMULA 54 DO STJ, segundo a qual "*os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual*".

Desta feita, não tendo a seguradora praticado qualquer ilicitude, caso seja condenada a pagar a indenização pretendida, o que se admite apenas por apego ao debate, não são os juros moratórios devidos, cabendo contar-se a incidência dos mesmos, quando muito, A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL, conforme disposição expressa do art. 405 do Código Civil e súmula 426 do STJ:

Súmula 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.

Acerca da CORREÇÃO MONETÁRIA, espera a Ré que seja observada a DATA DO EVENTO DANOSO como termo inicial para a sua incidência, face o entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça, a teor da Súmula nº 580 dessa Corte:

Súmula 580/STJ: "A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso."

Adicionalmente, constata-se que há na Lei do Seguro DPVAT dispositivo que disciplina expressamente a correção monetária, qual seja o art. 5º, §7º da Lei nº 6.194/74, a qual prevê *in verbis*:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

(...)

§7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da



respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado.

Com efeito, o comando inserido no art. 5º, §1º, da Lei 6.194/74, estabelece que as indenizações do Seguro DPVAT deverão ser pagas no prazo de "30 dias da entrega dos [...] documentos" elencados na lei. Diante disso, determina o §7º do referido dispositivo legal que apenas "na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária" os valores correspondentes às indenizações do Seguro DPVAT "sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido".

Não se trata de uma especificidade do Seguro DPVAT, tendo em vista que o art. 772 do Código Civil concede o mesmo tratamento à matéria:

Art. 772 - A mora do segurador em pagar o sinistro obriga à atualização monetária da indenização devida segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, sem prejuízo dos juros moratórios.

Assim, verifica-se que em caso de uma eventual condenação, a correção deve incidir a partir do evento danoso, nos moldes do que estabelece a Súmula nº 580 do STJ, não havendo que se falar em juros de mora.

III. 5 - DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Tendo em vista o baixo grau de complexidade do feito, sua natureza, o local onde tramita e a celeridade da demanda, em caso de condenação, o que se admite apenas por argumentar, requer sejam fixados os honorários advocatícios no mínimo legal de 10%, conforme dispõe o artigo 20 do CPC.

Contudo, se isto não ocorrer, sendo o autor beneficiário de assistência judiciária gratuita se requer que seja respeitado o limite de 15% estabelecido pelo art. 11, §1º, da Lei nº 1.060/50, que determina:



"Art. 11 - Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciários serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§1º - Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz **até o máximo de 15%(quinze por cento)** sobre o líquido apurado na execução da sentença." (grifo nosso)

Nesse sentido, já se pronunciou nossa jurisprudência:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO - 1. Apontando a parte embargante que houve condenação em honorários fora dos limites do art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060/50, dele não cuidando o Acórdão recorrido, impõe-se a integração, ainda mais considerando a divergência jurisprudencial que existe sobre o ponto. 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ - REsp - 297716 - MG - 3ª T. - Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito - DJU 01.10.2001 - p. 00211)

EMBARGOS DECLARATÓRIOS - AJG - VERBA ADVOCATÍCIA FIXADA EM PERCENTUAL QUE EXCEDE À LIMITAÇÃO DA LEI 1.060/50 - PREQUESTIONAMENTO - Equívoco na fixação dos honorários de advogado em 20% do valor da condenação. Afronta ao art. 11, § 1º da Lei 1.060/50. Limitação ao percentual de 15% que se impõe. Ausência de omissão substancial na apreciação da controvérsia jurídica central, segundo estabelece o art. 535, II do CPC. (TJRS - EDcl 70005256284 - 9ª C.Cív. - Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino - J. 27.11.2002)

Assim, requer que, havendo condenação ao pagamento de honorários advocatícios, que seja arbitrada no mínimo legal (10%) e, se isto não ocorrer, que seja observado o teto estabelecido pela Lei de Assistência Judiciária Gratuita de 15% sobre o valor da condenação.

IV - DA MANIFESTAÇÃO DO LAUDO PERICIAL.

Após análise minuciosa dos autos deste processo, foi possível identificar que os documentos médicos, colacionado aos autos pelo Autor, em nada comprovam sua suposta invalidez permanente, tampouco logram êxito em comprovar lesão em grau superior ao que já foi indenizado.

Na realidade, os documentos médicos atestam tão somente a existência de danos físicos sem que, em qualquer momento, apontem a causa de tais danos, ou seja, não se pode confirmar o nexo causal.



Deste modo, não há nenhum documento médico juntado pelo Autor capaz de embasar a lesão atestada pelo perito judicial. E ainda que este nexó fosse comprovado, como já se demonstrou fartamente durante o processo, ESTE É UM CASO QUE NÃO POSSUI COBERTURA DE SEGURO DPVTA, não havendo, portanto, que se falar em qualquer pagamento por parte da Seguradora Ré.

Ante o exposto, faz-se necessário que a presente ação seja julgada TOTALMENTE IMPROCEDENTE, com fulcro nos termos do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil/2015.

V - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se que este d. Julgador se digne :

- I- Julgar TOTALMENTE IMPROCEDENTE a ação, tendo em vista que não foram juntados aos autos documentos essenciais à propositura da ação, não havendo, portanto, possibilidade legal que enseje o possível deferimento de pagamento do valor da indenização, o qual corresponderia tão somente a enriquecimento sem causa do Requerente, tendo em vista que a autora não provou os fatos constitutivos do seu direito, na medida em que não restou evidenciado o nexó causal entre a lesão da vítima e o acidente de trânsito;
- II- Subsidiariamente, o que se admite apenas pelo apego ao debate, requer-se seja valorado o *quantum* a ser pago com especial atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como ao disposto no art. 792 do Código Civil, restando, assim, não havendo que se falar em juros ou correção monetária de tais valores;
- III- Requer-se, ainda, o indeferimento do pedido de justiça gratuita, tendo em vista que o Requerente optou por promover a presente ação com amparo de advogado particular quando poderia ter procurado a Defensoria Pública do Estado do Ceará, o que destoia do comportamento de quem alega não possuir condições



de arcar com custas processuais sem comprometer o seu próprio sustento;

IV- Em caso de uma eventual condenação, requer que a correção incida a partir do evento danoso, nos moldes do que estabelece a Súmula nº 580 do STJ, e os juros de mora a partir da citação.

V- Sem prejuízo do ônus da prova, que é da parte Autora (art. 333, inciso I, do CPC), a Demandada protesta pela produção de todos os meios de prova em Direito admitidos, notadamente prova pericial, juntada de novos documentos e principalmente pela oitiva de testemunhas em audiência, se acaso necessários ao deslinde da contenda (art. 332 do CPC).

Por fim, reitera o pedido de que todas as publicações dos atos processuais posteriores sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do advogado **WILSON SALES BELCHIOR**, inscrito na **OAB/RN sob o número 768-A**, sob pena de nulidade.

Os documentos que instruem a presente contestação são declarados pelos causídicos/signatários da Demandada como autênticos, tratando-se de cópias fidedignas dos respectivos originais, o que declaram sob as penas da lei e calcados no artigo 219 do Código Civil de 2002 e no artigo 385 (primeira parte) do CPC.

Termos em que espera deferimento.

Fortaleza/CE, 07 de dezembro de 2016.

WILSON BELCHIOR
OAB/RN 768-A





SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 488, DE 1º DE AGOSTO DE 2016

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e na Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 192, de 29 de fevereiro de 2016, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 448 (quatrocentos e quarenta e oito) Certificados do Tesouro Nacional - CTN, no montante de R\$ 1.484.349,17 (um milhão, quatrocentos e oitenta e quatro, trezentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos), observando-se as seguintes características:

Ano	Data de Emissão	Data de Vencimento	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Valor (R\$)
CTN	01/07/1998	01/07/2018	91	3.545,82	322.642,58
CTN	01/08/1998	01/08/2018	293	3.518,06	1.030.791,58
CTN	01/08/2003	01/08/2023	17	1.036,63	17.622,71
CTN	01/08/2010	01/08/2020	17	8.410,48	142.958,16
TOTAL			448		1.484.349,17

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE
SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 32, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos processos Susep 15414.001508/2016-14 e 15414.001509/2016-51, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PAN SEGUROS S.A., CNPJ n. 33.245.762/0001-07, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária, realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016:

- I - Eleição de administradores;
- II - Mudança do endereço da sede social para: Avenida Paulista, 1.374, 11º andar, Bela Vista, CEP 01310-100, São Paulo - SP; e
- III - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 33, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001541/2016-36, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de POTENTIAL SEGURADORA S.A., CNPJ n. 11.699.534/0001-74, com sede na cidade de Belo Horizonte - BH, na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de abril de 2016:

- I - Alteração do endereço da sede para Avenida Raja Gabaglia, 1.143, 18º, 19º e 20º andares, Luxemburgo, Belo Horizonte - MG; e
- II - Alteração do artigo 3º e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 34, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001271/2016-63, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n. 09.248.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 17 de março de 2016:

- I - Eleição dos membros do conselho de administração e fiscal;
- II - Mudança da denominação social para SEGURADORA LÍDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A.; e
- III - Alteração do artigo 1º do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 35, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001300/2016-97, resolve:

mento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, o 00012016080400031

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de AIG SEGUROS BRASIL S.A., CNPJ n. 33.040.981/0001-50, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 31 de março de 2016:

- I - Constituição do comitê de auditoria e eleição de seus membros; e
- II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 36, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, considerando o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001281/2016-07, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S.A., CNPJ n. 33.065.699/0001-27, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária, realizadas cumulativamente em 28 de março de 2016:

- I - Mudança da denominação social para SEGUROS SURA S.A.; e
- II - Reforma do art. 1º do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 37, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DA DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 38, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e o que consta do processo Susep nº 15414.005295/2015-19, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo único acionista de EVIDENCE PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 13.615.969/0001-19, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2015:

- I - Aumento do Capital Social no valor de R\$ 65.000.000,00, elevando-o para R\$ 250.000.000,00, representado por 12.591.171.800 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal; e
- II - Reforma do artigo 3º do estatuto social, tendo em vista o disposto no inciso I.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 38, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001503/2016-83, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração dos artigos 10, 11, 12, 17 e 19 e a consolidação do estatuto social de ZÜRICH BRASIL CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ n. 17.266.009/0001-41, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberações tomadas por seus acionistas nas assembleias gerais ordinária e extraordinárias realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 39, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001396/2016-93, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ n. 61.198.164/0001-60, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016:

- I - Eleição de administradores; e
- II - Alteração dos artigos 7º e 10 do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 40, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001514/2016-63, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 58.768.284/0001-40, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016:

- I - Eleição de administradores; e
- II - Alteração dos artigos 7º e 10 do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 236, DE 3 DE AGOSTO DE 2016

Altera a Portaria nº 528, de 13 de setembro de 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e no Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º A ementa da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em saneamento básico associado à infraestrutura hídrica e em irrigação, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para efeito do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011." (NR)

Art. 2º O art. 1º da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º As pessoas jurídicas de direito privado, estabelecidas sob a forma de Sociedade de Propósito Específico - SPE, que possuam projetos de investimento ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de saneamento básico associado à infraestrutura hídrica e de irrigação devem requerer a aprovação do Ministério da Integração para implementação de projetos considerados como prioritários para fins de obtenção do benefício previsto no § 2º do art. 4º do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.

Parágrafo único. São passíveis de enquadramento no caput os projetos de investimento nas áreas de infraestrutura ou produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação aprovados pelo Ministério da Integração Nacional, que visem à implantação, ampliação, manutenção, recuperação, adequação ou modernização, entre outros, dos setores de saneamento básico associado à infraestrutura hídrica e de irrigação." (NR)

Art. 3º O art. 3º da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º"

X - declaração emitida pela SPE de que seus titulares não tenham transferido, em desacordo com as normas vigentes, o controle acionário de empresa titular de projeto em implantação, modernização, ampliação ou diversificação que seja beneficiado com recursos dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia, do Centro-Oeste e do Nordeste, ou dos Fundos de Investimentos Regionais;

XI - declaração emitida pela SPE que certifique que os titulares daquela sociedade não estejam em débito, ainda que em caráter não financeiro, com o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, o Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES, as Superintendências de Desenvolvimento Regional (SUDAM, SUDENE e SUDECO) ou com os agentes operadores dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia, do Centro-Oeste ou do Nordeste, sob pena de cancelamento da concessão de prioridade e restituição dos benefícios recebidos à Receita Federal do Brasil, sem prejuízo de acréscimos de multas e juros, calculados em conformidade com a legislação;

....." (NR)

Art. 4º O art. 4º da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º"

I - em se tratando de projetos enquadrados no setor de saneamento básico associado à infraestrutura hídrica, à Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH; e

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Assinado eletronicamente por: WILSON SALES BELCHIOR - 07/12/2016 14:39:44

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16120714394379600000008198758>

Número do documento: 16120714394379600000008198758

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. ANASTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE sob o nº 8.502, **DEBORAH SALES BELCHIOR**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/CE sob o nº 9.687, **CAIO CESAR VIEIRA ROCHA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE sob o nº 15.095, **TIAGO ASFOR ROCHA LIMA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE sob o nº 16.386, **WILSON SALES BELCHIOR**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/CE sob o nº 17.314; **INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA ROCHA MARINHO E SALES SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, inscrita na OAB/CE sob o nº 277, com escritório situado na Av. Desembargador Moreira, 760, 6º andar, Salas 601 a 614, Ed. Centurion, Meireles, CEP: 60.170-000, Fortaleza/CE, Fones: (85) 3208-8700 e Fax: (85) 3208-8703, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente; bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, **ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e**

Preocupado com o meio ambiente a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através da depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.606/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016.


MARCELO DAVOLI LOPES


CLAUDIO MENDES LADEIRA

17º Ofício de Notas
na CAPITAL

Tubelli, Carlos Alberto Firme Oliveira
Rua do Carmo, 51 - Centro - Rio de Janeiro, RJ - Tel: 2507-5880

000574
AC567729

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de MARCELO DAVOLI LOPES e CLAUDIO MENDES LADEIRA (800000300052) Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016. Cont. para Serventia TJ-RJ FUNDOS Total

Em testemunho da verdade

Bruno Rodrigo Selem Gaspar - Aut. EBO-10710 PJO, EBO-10711 BPO

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Bruno Rodrigo Selem Gaspar
Escrivente Autorizado

CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ

Bruno Rodrigo Selem Gaspar - Aut. EBO-10710 PJO, EBO-10711 BPO

Reconheço a reprodução fiel do original que foi apresentado para autenticação em 17 de maio de 2016.

Carta de Reconhecimento de Fiel nº 17/05/2016

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, é por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205
Tel 21 3861-4600
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

OUTORGANTE figura, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9900
Reconheço por semelhança as firmas dos MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MÁRCIO BARBOSA NORTON (XXXXXX0471AB)
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia
Bruno Rodrigo Belen Gaspar - Aut. 364 TITULARES
EBO4-29273 INK, EBO4-29274 GUP. Total
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

APERTURA DO 1
Bruno Rodrigo
Belen Gaspar
Escritório
CNPJ nº 04.9476
14.811-1443334
OFÍCIO DE NOTAS - P



CARTÓRIO DO 17
Ofício de Notas
Escritório
CNPJ nº 04.9476
14.811-1443334
Certifico a autenticidade da
original, que foi autenticada
Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.
Bruno Rodrigo Belen Gaspar - Aut.
EBO4-29273 INK, EBO4-29274 GUP. Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

008274
ACB05380

Conf. por:
Serventia
Total
5,00
1,81
6,81

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



DONOS DE SOCIEDADE EMPREENDEDORA E PARTICIPAÇÕES SA
CNPJ/NIF: 97.919.956/0001-48 NIRE: 33002025002

Ata de 662ª reunião de assembleia em forma ordinária. 1ª. Data: 04-09-2010 e Local: Ats. 24504501, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, no Brasil. 2ª. Hora: 19h30min. 3ª. Local: Rua da Consolação, 1000, 1º andar, sala 101, São Paulo, SP, 05303-000. 4ª. Assunto: Deliberação sobre a prestação de contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras relativas ao exercício 2009 (Nº 3117/2010). 5ª. Deliberação sobre a distribuição do resultado do exercício e o pagamento de dividendos: (R\$ 10.000,00 em ações) (R\$ 311.700,00 em dinheiro) no valor de R\$ 311.700,00, no valor de R\$ 311.700,00. 6ª. Eleição de Diretoria e (v) Administração. 7ª. Deliberações: Tensões por intervenções dos acionistas representantes da totalidade do Capital Social (3) aprovação o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras relativas ao exercício 2009 (Nº 3117/2010) e a distribuição de dividendos, a proposta de distribuição quanto a distribuição do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 748.500,00, que será realizada de seguinte forma: (R\$ 10.000,00 em ações, R\$ 311.700,00 em dinheiro e R\$ 311.700,00 em ações). 8ª. Assinatura: 9ª. Assinatura: 10ª. Assinatura: 11ª. Assinatura: 12ª. Assinatura: 13ª. Assinatura: 14ª. Assinatura: 15ª. Assinatura: 16ª. Assinatura: 17ª. Assinatura: 18ª. Assinatura: 19ª. Assinatura: 20ª. Assinatura: 21ª. Assinatura: 22ª. Assinatura: 23ª. Assinatura: 24ª. Assinatura: 25ª. Assinatura: 26ª. Assinatura: 27ª. Assinatura: 28ª. Assinatura: 29ª. Assinatura: 30ª. Assinatura: 31ª. Assinatura: 32ª. Assinatura: 33ª. Assinatura: 34ª. Assinatura: 35ª. Assinatura: 36ª. Assinatura: 37ª. Assinatura: 38ª. Assinatura: 39ª. Assinatura: 40ª. Assinatura: 41ª. Assinatura: 42ª. Assinatura: 43ª. Assinatura: 44ª. Assinatura: 45ª. Assinatura: 46ª. Assinatura: 47ª. Assinatura: 48ª. Assinatura: 49ª. Assinatura: 50ª. Assinatura: 51ª. Assinatura: 52ª. Assinatura: 53ª. Assinatura: 54ª. Assinatura: 55ª. Assinatura: 56ª. Assinatura: 57ª. Assinatura: 58ª. Assinatura: 59ª. Assinatura: 60ª. Assinatura: 61ª. Assinatura: 62ª. Assinatura: 63ª. Assinatura: 64ª. Assinatura: 65ª. Assinatura: 66ª. Assinatura: 67ª. Assinatura: 68ª. Assinatura: 69ª. Assinatura: 70ª. Assinatura: 71ª. Assinatura: 72ª. Assinatura: 73ª. Assinatura: 74ª. Assinatura: 75ª. Assinatura: 76ª. Assinatura: 77ª. Assinatura: 78ª. Assinatura: 79ª. Assinatura: 80ª. Assinatura: 81ª. Assinatura: 82ª. Assinatura: 83ª. Assinatura: 84ª. Assinatura: 85ª. Assinatura: 86ª. Assinatura: 87ª. Assinatura: 88ª. Assinatura: 89ª. Assinatura: 90ª. Assinatura: 91ª. Assinatura: 92ª. Assinatura: 93ª. Assinatura: 94ª. Assinatura: 95ª. Assinatura: 96ª. Assinatura: 97ª. Assinatura: 98ª. Assinatura: 99ª. Assinatura: 100ª. Assinatura: 101ª. Assinatura: 102ª. Assinatura: 103ª. Assinatura: 104ª. Assinatura: 105ª. Assinatura: 106ª. Assinatura: 107ª. Assinatura: 108ª. Assinatura: 109ª. Assinatura: 110ª. Assinatura: 111ª. Assinatura: 112ª. Assinatura: 113ª. Assinatura: 114ª. Assinatura: 115ª. Assinatura: 116ª. Assinatura: 117ª. Assinatura: 118ª. Assinatura: 119ª. Assinatura: 120ª. Assinatura: 121ª. Assinatura: 122ª. Assinatura: 123ª. Assinatura: 124ª. Assinatura: 125ª. Assinatura: 126ª. Assinatura: 127ª. Assinatura: 128ª. Assinatura: 129ª. Assinatura: 130ª. Assinatura: 131ª. Assinatura: 132ª. Assinatura: 133ª. Assinatura: 134ª. Assinatura: 135ª. Assinatura: 136ª. Assinatura: 137ª. Assinatura: 138ª. Assinatura: 139ª. Assinatura: 140ª. Assinatura: 141ª. Assinatura: 142ª. Assinatura: 143ª. Assinatura: 144ª. Assinatura: 145ª. Assinatura: 146ª. Assinatura: 147ª. Assinatura: 148ª. Assinatura: 149ª. Assinatura: 150ª. Assinatura: 151ª. Assinatura: 152ª. Assinatura: 153ª. Assinatura: 154ª. Assinatura: 155ª. Assinatura: 156ª. Assinatura: 157ª. Assinatura: 158ª. Assinatura: 159ª. Assinatura: 160ª. Assinatura: 161ª. Assinatura: 162ª. Assinatura: 163ª. Assinatura: 164ª. Assinatura: 165ª. Assinatura: 166ª. Assinatura: 167ª. Assinatura: 168ª. Assinatura: 169ª. Assinatura: 170ª. Assinatura: 171ª. Assinatura: 172ª. Assinatura: 173ª. Assinatura: 174ª. Assinatura: 175ª. Assinatura: 176ª. Assinatura: 177ª. Assinatura: 178ª. Assinatura: 179ª. Assinatura: 180ª. Assinatura: 181ª. Assinatura: 182ª. Assinatura: 183ª. Assinatura: 184ª. Assinatura: 185ª. Assinatura: 186ª. Assinatura: 187ª. Assinatura: 188ª. Assinatura: 189ª. Assinatura: 190ª. Assinatura: 191ª. Assinatura: 192ª. Assinatura: 193ª. Assinatura: 194ª. Assinatura: 195ª. Assinatura: 196ª. Assinatura: 197ª. Assinatura: 198ª. Assinatura: 199ª. Assinatura: 200ª. Assinatura: 201ª. Assinatura: 202ª. Assinatura: 203ª. Assinatura: 204ª. Assinatura: 205ª. Assinatura: 206ª. Assinatura: 207ª. Assinatura: 208ª. Assinatura: 209ª. Assinatura: 210ª. Assinatura: 211ª. Assinatura: 212ª. Assinatura: 213ª. Assinatura: 214ª. Assinatura: 215ª. Assinatura: 216ª. Assinatura: 217ª. Assinatura: 218ª. Assinatura: 219ª. Assinatura: 220ª. Assinatura: 221ª. Assinatura: 222ª. Assinatura: 223ª. Assinatura: 224ª. Assinatura: 225ª. Assinatura: 226ª. Assinatura: 227ª. Assinatura: 228ª. Assinatura: 229ª. Assinatura: 230ª. Assinatura: 231ª. Assinatura: 232ª. Assinatura: 233ª. Assinatura: 234ª. Assinatura: 235ª. Assinatura: 236ª. Assinatura: 237ª. Assinatura: 238ª. Assinatura: 239ª. Assinatura: 240ª. Assinatura: 241ª. Assinatura: 242ª. Assinatura: 243ª. Assinatura: 244ª. Assinatura: 245ª. Assinatura: 246ª. Assinatura: 247ª. Assinatura: 248ª. Assinatura: 249ª. Assinatura: 250ª. Assinatura: 251ª. Assinatura: 252ª. Assinatura: 253ª. Assinatura: 254ª. Assinatura: 255ª. Assinatura: 256ª. Assinatura: 257ª. Assinatura: 258ª. Assinatura: 259ª. Assinatura: 260ª. Assinatura: 261ª. Assinatura: 262ª. Assinatura: 263ª. Assinatura: 264ª. Assinatura: 265ª. Assinatura: 266ª. Assinatura: 267ª. Assinatura: 268ª. Assinatura: 269ª. Assinatura: 270ª. Assinatura: 271ª. Assinatura: 272ª. Assinatura: 273ª. Assinatura: 274ª. Assinatura: 275ª. Assinatura: 276ª. Assinatura: 277ª. Assinatura: 278ª. Assinatura: 279ª. Assinatura: 280ª. Assinatura: 281ª. Assinatura: 282ª. Assinatura: 283ª. Assinatura: 284ª. Assinatura: 285ª. Assinatura: 286ª. Assinatura: 287ª. Assinatura: 288ª. Assinatura: 289ª. Assinatura: 290ª. Assinatura: 291ª. Assinatura: 292ª. Assinatura: 293ª. Assinatura: 294ª. Assinatura: 295ª. Assinatura: 296ª. Assinatura: 297ª. Assinatura: 298ª. Assinatura: 299ª. Assinatura: 300ª. Assinatura: 301ª. Assinatura: 302ª. Assinatura: 303ª. Assinatura: 304ª. Assinatura: 305ª. Assinatura: 306ª. Assinatura: 307ª. Assinatura: 308ª. Assinatura: 309ª. Assinatura: 310ª. Assinatura: 311ª. Assinatura: 312ª. Assinatura: 313ª. Assinatura: 314ª. Assinatura: 315ª. Assinatura: 316ª. Assinatura: 317ª. Assinatura: 318ª. Assinatura: 319ª. Assinatura: 320ª. Assinatura: 321ª. Assinatura: 322ª. Assinatura: 323ª. Assinatura: 324ª. Assinatura: 325ª. Assinatura: 326ª. Assinatura: 327ª. Assinatura: 328ª. Assinatura: 329ª. Assinatura: 330ª. Assinatura: 331ª. Assinatura: 332ª. Assinatura: 333ª. Assinatura: 334ª. Assinatura: 335ª. Assinatura: 336ª. Assinatura: 337ª. Assinatura: 338ª. Assinatura: 339ª. Assinatura: 340ª. Assinatura: 341ª. Assinatura: 342ª. Assinatura: 343ª. Assinatura: 344ª. Assinatura: 345ª. Assinatura: 346ª. Assinatura: 347ª. Assinatura: 348ª. Assinatura: 349ª. Assinatura: 350ª. Assinatura: 351ª. Assinatura: 352ª. Assinatura: 353ª. Assinatura: 354ª. Assinatura: 355ª. Assinatura: 356ª. Assinatura: 357ª. Assinatura: 358ª. Assinatura: 359ª. Assinatura: 360ª. Assinatura: 361ª. Assinatura: 362ª. Assinatura: 363ª. Assinatura: 364ª. Assinatura: 365ª. Assinatura: 366ª. Assinatura: 367ª. Assinatura: 368ª. Assinatura: 369ª. Assinatura: 370ª. Assinatura: 371ª. Assinatura: 372ª. Assinatura: 373ª. Assinatura: 374ª. Assinatura: 375ª. Assinatura: 376ª. Assin

[illegible]

assinado eletronicamente por: WILSON SALES BELCHIOR - 07/12/2016 14:40:28
<https://pje1g.trjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16120714402831200000008198778>
 Número do documento: 16120714402831200000008198778



ATAS, CERTIDÕES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Sociedades e Fírmãs

ATLAS ALUMINIUM S.A.
CONTRATO Nº 12.000.000-14 - RRE: 33.839.944-6
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de junho de 2015.
Data: Junho de 2015. Local: Rua 15 de julho de 2015, nº 100, no bairro de São Carlos, no município de São Carlos, no Estado de São Paulo.
Assistido por: Atlas Alumínio S.A. (Companhia), inscrita no CNPJ nº 06.940.111/0001-14, e Atlas Alumínio S.A. (Companhia), inscrita no CNPJ nº 06.940.111/0001-14.
Objeto: Deliberação sobre a alteração do estatuto social da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404/1966 (Lei das S.A.s), e a consequente alteração do contrato social da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404/1966 (Lei das S.A.s).

SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações Financeiras... 11
Associações, Sociedades e Fírmãs... 11
Atas, Certidões e Demonstrações Financeiras... 11
Associações, Sociedades e Fírmãs... 11

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de junho de 2015.
Data: Junho de 2015. Local: Rua 15 de julho de 2015, nº 100, no bairro de São Carlos, no município de São Carlos, no Estado de São Paulo.
Assistido por: Atlas Alumínio S.A. (Companhia), inscrita no CNPJ nº 06.940.111/0001-14, e Atlas Alumínio S.A. (Companhia), inscrita no CNPJ nº 06.940.111/0001-14.
Objeto: Deliberação sobre a alteração do estatuto social da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404/1966 (Lei das S.A.s), e a consequente alteração do contrato social da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404/1966 (Lei das S.A.s).

REUNIÃO DA LIDERANÇA DO CONDOMÍNIO DO SECTOR IMAT S.A.

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de maio de 2015.
Data: Maio de 2015. Local: Rua 15 de julho de 2015, nº 100, no bairro de São Carlos, no município de São Carlos, no Estado de São Paulo.
Assistido por: Atlas Alumínio S.A. (Companhia), inscrita no CNPJ nº 06.940.111/0001-14, e Atlas Alumínio S.A. (Companhia), inscrita no CNPJ nº 06.940.111/0001-14.
Objeto: Deliberação sobre a alteração do estatuto social da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404/1966 (Lei das S.A.s), e a consequente alteração do contrato social da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404/1966 (Lei das S.A.s).

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de junho de 2015.
Data: Junho de 2015. Local: Rua 15 de julho de 2015, nº 100, no bairro de São Carlos, no município de São Carlos, no Estado de São Paulo.
Assistido por: Atlas Alumínio S.A. (Companhia), inscrita no CNPJ nº 06.940.111/0001-14, e Atlas Alumínio S.A. (Companhia), inscrita no CNPJ nº 06.940.111/0001-14.
Objeto: Deliberação sobre a alteração do estatuto social da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404/1966 (Lei das S.A.s), e a consequente alteração do contrato social da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404/1966 (Lei das S.A.s).

RESOLUÇÃO Nº 12.000.000-14 - RRE: 33.839.944-6

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de junho de 2015.
Data: Junho de 2015. Local: Rua 15 de julho de 2015, nº 100, no bairro de São Carlos, no município de São Carlos, no Estado de São Paulo.
Assistido por: Atlas Alumínio S.A. (Companhia), inscrita no CNPJ nº 06.940.111/0001-14, e Atlas Alumínio S.A. (Companhia), inscrita no CNPJ nº 06.940.111/0001-14.
Objeto: Deliberação sobre a alteração do estatuto social da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404/1966 (Lei das S.A.s), e a consequente alteração do contrato social da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404/1966 (Lei das S.A.s).

F2C CONSULTORIA, ASSESSORIA E ANÁLISE DE INFORMÁTICA S/A

CNPJ - 07.737.631/0001-37
BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2014

Setores administrativos: Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, a administração e a aplicação de Votantes Demonstrações Financeiras, Interrelacionadas em 2014 e 2013, e as respectivas Demonstrações de Resultados do Exercício, do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, correspondentes aos exercícios finais vigentes das Expressões de análise apresentadas a seguir:

Table with 4 main sections: BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2014 (Em Real), DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Real), DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Exercício Apurado em 31/12/2014) (Em Real), and DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIO (Em Real). Each section contains multiple columns for different financial metrics and their values.



.../pje/1g.tjfh.jus.bl.443/pje/Processo/Consulta
 6. Número do documento: 1612071440283120000

1336
 1337
 1338
 1339
 1340
 1341
 1342
 1343
 1344
 1345
 1346
 1347
 1348
 1349
 1350
 1351
 1352
 1353
 1354
 1355
 1356
 1357
 1358
 1359
 1360
 1361
 1362
 1363
 1364
 1365
 1366
 1367
 1368
 1369
 1370
 1371
 1372
 1373
 1374
 1375
 1376
 1377
 1378
 1379
 1380
 1381
 1382
 1383
 1384
 1385
 1386
 1387
 1388
 1389
 1390
 1391
 1392
 1393
 1394
 1395
 1396
 1397
 1398
 1399
 1400
 1401
 1402
 1403
 1404
 1405
 1406
 1407
 1408
 1409
 1410
 1411
 1412
 1413
 1414
 1415
 1416
 1417
 1418
 1419
 1420
 1421
 1422
 1423
 1424
 1425
 1426
 1427
 1428
 1429
 1430
 1431
 1432
 1433
 1434
 1435
 1436
 1437
 1438
 1439
 1440
 1441
 1442
 1443
 1444
 1445
 1446
 1447
 1448
 1449
 1450
 1451
 1452
 1453
 1454
 1455
 1456
 1457
 1458
 1459
 1460
 1461
 1462
 1463
 1464
 1465
 1466
 1467
 1468
 1469
 1470
 1471
 1472
 1473
 1474
 1475
 1476
 1477
 1478
 1479
 1480
 1481
 1482
 1483
 1484
 1485
 1486
 1487
 1488
 1489
 1490
 1491
 1492
 1493
 1494
 1495
 1496
 1497
 1498
 1499
 1500
 1501
 1502
 1503
 1504
 1505
 1506
 1507
 1508
 1509
 1510
 1511
 1512
 1513
 1514
 1515
 1516
 1517
 1518
 1519
 1520
 1521
 1522
 1523
 1524
 1525
 1526
 1527
 1528
 1529
 1530
 1531
 1532
 1533
 1534
 1535
 1536
 1537
 1538
 1539
 1540
 1541
 1542
 1543
 1544
 1545
 1546
 1547
 1548
 1549
 1550
 1551
 1552
 1553
 1554
 1555
 1556
 1557
 1558
 1559
 1560
 1561
 1562
 1563
 1564
 1565
 1566
 1567
 1568
 1569
 1570
 1571
 1572
 1573
 1574
 1575
 1576
 1577
 1578
 1579
 1580
 1581
 1582
 1583
 1584
 1585
 1586
 1587
 1588
 1589
 1590
 1591
 1592
 1593
 1594
 1595
 1596
 1597
 1598
 1599
 1600
 1601
 1602
 1603
 1604
 1605
 1606
 1607
 1608
 1609
 1610
 1611
 1612
 1613
 1614
 1615
 1616
 1617
 1618
 1619
 1620
 1621
 1622
 1623
 1624
 1625
 1626
 1627
 1628
 1629
 1630
 1631
 1632
 1633
 1634
 1635
 1636
 1637
 1638
 1639
 1640
 1641
 1642
 1643
 1644
 1645
 1646
 1647
 1648
 1649
 1650
 1651
 1652
 1653
 1654
 1655
 1656
 1657
 1658
 1659
 1660
 1661
 1662
 1663
 1664
 1665
 1666
 1667
 1668
 1669
 1670
 1671
 1672
 1673
 1674
 1675
 1676
 1677
 1678
 1679
 1680
 1681
 1682
 1683
 1684
 1685
 1686
 1687
 1688
 1689
 1690
 1691
 1692
 1693
 1694
 1695
 1696
 1697
 1698
 1699
 1700
 1701
 1702
 1703
 1704
 1705
 1706
 1707
 1708
 1709
 1710
 1711
 1712
 1713
 1714
 1715
 1716
 1717
 1718
 1719
 1720
 1721
 1722
 1723
 1724
 1725
 1726
 1727
 1728
 1729
 1730
 1731
 1732
 1733
 1734
 1735
 1736
 1737
 1738
 1739
 1740
 1741
 1742
 1743
 1744
 1745
 1746
 1747
 1748
 1749
 1750
 1751
 1752
 1753
 1754
 1755
 1756
 1757
 1758
 1759
 1760
 1761
 1762
 1763
 1764
 1765
 1766
 1767
 1768
 1769
 1770
 1771
 1772
 1773
 1774
 1775
 1776
 1777
 1778
 1779
 1780
 1781
 1782
 1783
 1784
 1785
 1786
 1787
 1788
 1789
 1790

50770

Assinado eletronicamente por: WILSON SALES BELCHIOR - 07/12/2016 14:40:28 Num. 8657757 - Pág. 9
<https://pje1g.tjrj.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16120714402831200000008198778>
 Número do documento: 16120714402831200000008198778

17º Ofício de Notas
UNICORIN

Certifico e dou fe que
original que foi
Rio de Janeiro, 02 de Junho de 2016.

Brno Rodrigo Belen Gaspar - Adv.
EOM-94327 OIB Consulte em <https://www3.tjrn.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º
Brno Rodrigo Belen
Tribunal Superior do Rio
de Janeiro

OFÍCIO DE NOTAS
Brno Rodrigo Belen
Tribunal Superior do Rio
de Janeiro

Reprodução fiel do
original : 5.09
Reprodução : 1.81
Total : 6.90

008374
AC06377



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

PRESEÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosaria Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faori.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Retratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº. 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, secretário, titular do documento de identidade nº. 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 1





Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inhabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução nº 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Retificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

MESA DE TRABALHO:


Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente


André Leal Paoro
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 2 de 3



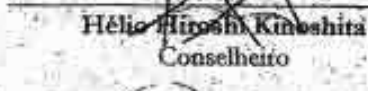




Rosana Techima Salsano
Conselheira Vice-Presidente


Bernardo Dieckmann
Conselheiro

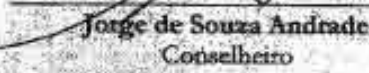

Celso Damadi
Conselheiro


Francisco Alves de Souza
Conselheiro

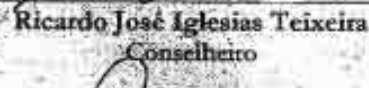

Hélio Hiroshi Kinoshita
Conselheiro


Jabis de Mendonça Alexandre
Conselheiro



João Gilberto Possiede
Conselheiro


Jorge de Souza Andrade
Conselheiro


Múcio Novaes de Albuquerque
Cavalcanti
Conselheiro


Ricardo José Iglesias Teixeira
Conselheiro


Roberto Barroso
Conselheiro


Valeria Camacho Martins Schmitke
Conselheira

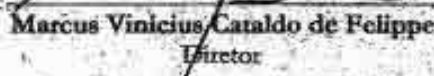
Assinatura dos Eleitos:


Ricardo de Sá Acatauassu Xavier
Diretor Presidente


Carlos André Guerra Barreiros
Diretor


Marcelo Davoli Lopes
Diretor


Claudio Mendes Ladeira
Diretor


Marcus Vinicius Canaldo de Felipe
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 3 de 3

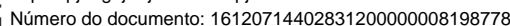


[illegible]

本報地址：澳門新馬路新時代大廈六樓六〇二室 電話：(853) 2809777 傳真：(853) 2809776

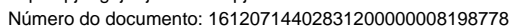


Ligar para o Conselho de Segurança (RPMV 314, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 8





TOTAL DE CONDIÇÕES



17º Ofício de Notas
Dixerit.

Cartório 00.11º
Grupo Notário Ejan
Escritório
Rua da...
Ofício de Notas

Cartório e deu fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Rio de Janeiro, 02 de junho de 2016.

Brno Rodrigo Pelam Gaspar - aut.
EBOY-94337 MOB Confira em <https://www.tjrn.jus.br/sitepublica>

008574
AC006387

1.07
1.81
6.90





venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

13.12. – As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1- O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT- categorias 3 e 4, que fica automaticamente extinto.

14.2 – As Seguradoras, neste ato, ao se tornarem titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem as Convenientes nos direitos e obrigações atinentes ao Seguro DPVAT - categorias 3 e 4.

14.3 – Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Saída dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

Cláusula 15ª – VIGÊNCIA

Cláusula 15 – O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvado as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem-no sempre bom, firme e valioso. “

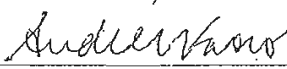
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 15 de 20

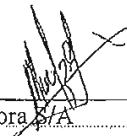



Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.

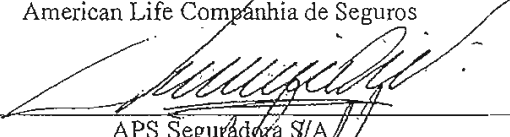
Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

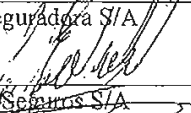

Presidente da Mesa

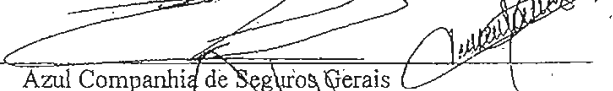

Secretário da Mesa

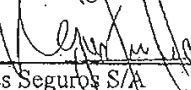

ACE Seguradora S/A

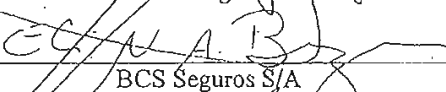

American Life Companhia de Seguros

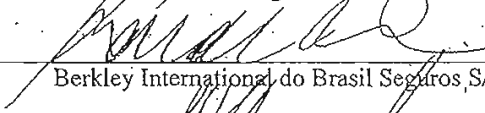

APS Seguradora S/A

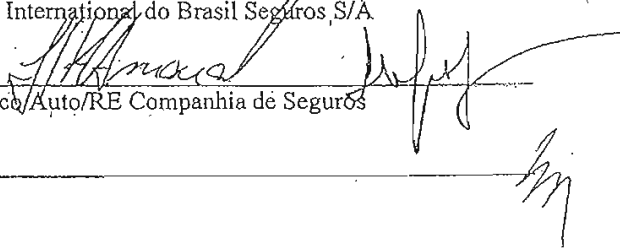

Aurea Seguros S/A


Azul Companhia de Seguros Gerais


Banestes Seguros S/A

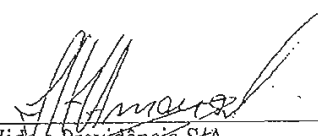

BCS Seguros S/A

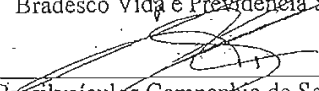

Berkley International do Brasil Seguros S/A

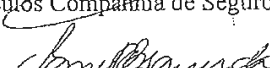

Bradesco/Auto/RE Companhia de Seguros

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 16 de 20

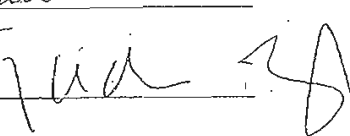




Bradesco Vida e Previdência S/A



Brasilveículos Companhia de Seguros

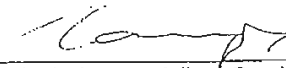

BVA Seguros S/A

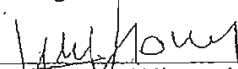
Thierry Claudon
Diretor-Presidente



Caixa Seguradora S/A

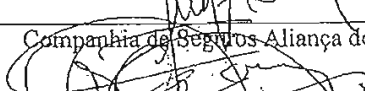

Centauró Vida e Previdência S/A

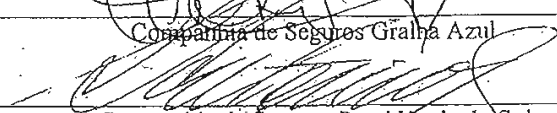

Chubb do Brasil Cia de Seguros

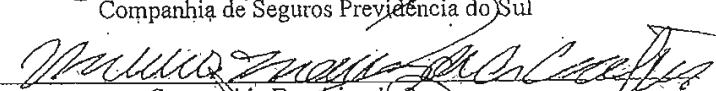

Cia de Seguros Minas Brasil

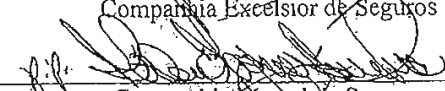

Companhia de Seguros Aliança da Bahia



Companhia de Seguros Aliança do Brasil

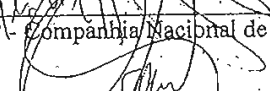

Companhia de Seguros Gralha Azul


Companhia de Seguros Previdência do Sul


Companhia Excelsior de Seguros


Companhia Mutual de Seguros


CONAPP - Companhia Nacional de Seguros


Confiança Companhia de Seguros

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 17 de 20



~~CONESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo~~

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Pinasa Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Gente Seguradora S/A

Gerling Sul América S/A - Seguros Industriais

Icatu Hartford Seguros S/A

Indiana Seguros S/A

Itaú Seguros S/A

Itaú Vida e Previdência S/A

J. Malucelli Seguradora S/A

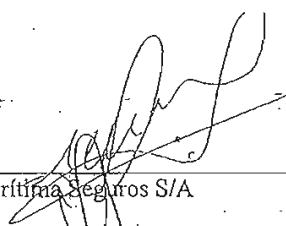
Java Nordeste Seguros S/A


Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

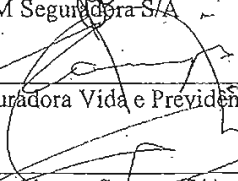
Mares-Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A

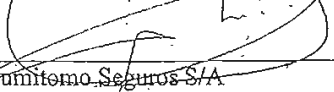
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 18 de 20

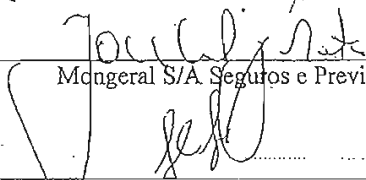


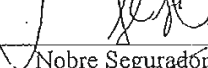

Marítima Seguros S/A

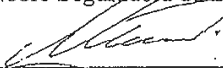

MBM Seguradora S/A


Minas-Brasil Seguradora Vida e Previdência S/A

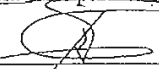

Mitsui Sumitomo Seguros S/A

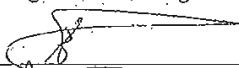

Mongeral S/A Seguros e Previdência

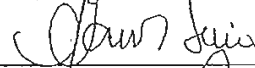

Nobre Seguradora do Brasil S/A

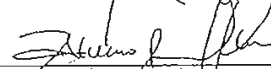

Panamericana de Seguros S/A

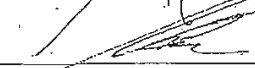

Paraná Companhia de Seguros

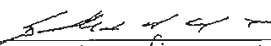

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

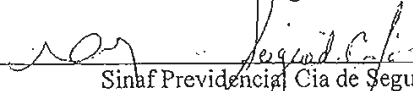

Porto Seguro Vida e Previdência S/A


PQ Seguros S/A


PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A


Safra Vida e Previdência S/A


Santander Seguros S/A


Sinat Previdência Cia de Seguros

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 19 de 20



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: CONSORCIO DE OPERACAO DO SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS
 PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA
 TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 3 E 4
 Registro de Consórcio - 15/01/2008
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 18/01/2008
 DATA ABaixo

33.5.06022 15-9
 DATA 18/01/2008

Valéria S. M. Serra
 SECRETARIA GERAL

~~Sul America Companhia Nacional de Seguros~~

~~Sul America Seguros de Vida e Previdência S/A~~

Sulina Seguradora S/A

Tokio Marine Brasil Seguradora S/A

Tokio Marine Seguradora S/A

UBF Garantias & Seguros S/A

Unibanco AIG Seguros S/A - AIG Brasil Cia de Seguros

Unibanco AIG Seguros S/A

Unibanco AIG Vida e Previdência S/A

Zurich Brasil Seguros S/A

Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização
 Interviente-Anuente

Testemunhas

Qualificação Ricardo de Sá Acaiares Xavier
 RG. 03.891.764-7 (Detran/RJ) CPF: 728.150.557-53

Qualificação Marcelo Dantas Loren
 RG 19442307-2 (SSP RJ)
 CPF 132.870.908-06

VISTO DE ADVOGADO
 GUSTAVO FRANCO PACHECO
 OAB/RJ 138.392
 Gustavo Franco Pacheco
 Advogado
 OAB/RJ 138.392

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
 Fl. 20 de 20



**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS
CATEGORIAS 1,2, 9 e 10**

REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembléia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2, 9 e 10, E CATEGORIAS 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização – FENASEG, Sr. João Elisio Ferraz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Faoro para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembléia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2, 9 e 10, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP no. 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Gente Seguradora S.A., Sr. Vasco Maestri Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembléia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Gente Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.1 dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que conste ao invés de 20% como quorum para convocação de assembléias anuais o percentual de 5% conforme determina o artigo 123, Parágrafo Único, letra c, da Lei das S.A.; o Sr. Casimiro Blanco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fizesse menção ao percentual do quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Blanco. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir de 1º de fevereiro de 2008.

**“INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 1, 2,
9 e 10.**

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 1 de 20



As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras e a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, na qualidade de Interviente-anuente,

Considerando:

- (a) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determina, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (b) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (c) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 1, 2, 9 e 10 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos da sede da Seguradora Líder do Consórcio.

Cláusula 2ª - ADESÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as categorias 3 e 4, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficam sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 2 de 20



Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da ingressante, da qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo seu ingresso no ano Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação dos demais, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

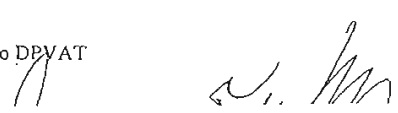
4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente a sua respectiva quota, participando com esse percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, e metade de forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras do presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição de patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou as torne inaplicáveis ao Consórcio, a critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas de exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades resseguradoras, operadoras de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações acionárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas de outras atividades, atualizadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios futuros efetivamente despendidas; despesas antecipadas; os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 3 de 20



Cláusula 5ª - ATENDIMENTO

Cada Seguradora compromete-se a atender os usuários e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER

6.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT como aqui convencionado, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 - 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "*ad negotia*" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, contratar pessoal, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, rateando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 - A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 - Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de apenação da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, indicada em assembléia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

Cláusula 7ª - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG, e a futura

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 4 de 20



Confederação que vier a sucedê-la, para terceirização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por ocasião do licenciamento dos veículos.

Cláusula 8ª - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder ratear entre as Seguradoras consorciadas as receitas e despesas relativas à operação do Consórcio e prestar, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 9ª - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros, qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

Cláusula 10ª - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do Seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

Cláusula 11ª - ASSEMBLÉIA

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definida pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembleias.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 5 de 20

17

✓

mm



11.2 - Nas assembleias, prevalecerão as decisões sufragadas por maioria simples de votos, estabelecido o "quorum" de instalação de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quarto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade das quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

Cláusula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO

O presente instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integrarem na época da alteração;

Cláusula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento exercendo a opção de retirada dirigido à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ao término do ano civil prévio àquele em que pretenda ser excluída.

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras retirantes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar os pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada a: (a) cessão e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessão e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuíveis ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o recálculo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso da reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela de sua responsabilidade calculada com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 6 de 20



13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente ao final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, depois de transferidos todos os ativos garantidores da sua parcela de IBNR e demais reservas, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que for excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida ao Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura despendida na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário de seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente aviso de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como, nas novas ações ajuizadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, na hipótese de que sobrevenha decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso, imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se façam em número o em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio de Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 7 de 20



13.12. – As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1- O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT- categorias 1, 2, 9, e 10, que fica automaticamente extinto.

14.2 – As Seguradoras, neste ato, ao se tornarem titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem as Convenientes nos direitos e obrigações atinentes ao Seguro DPVAT - categorias 1, 2, 9 e 10,

14.3 – Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Saída dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

Cláusula 15ª – VIGÊNCIA

Cláusula 15 – O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvado as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem-no sempre bom, firme e valioso.”

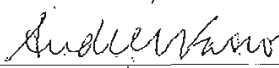
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 8 de 20





Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes:

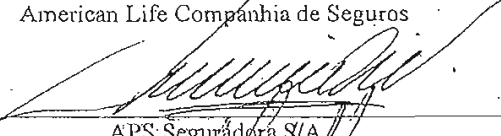
Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

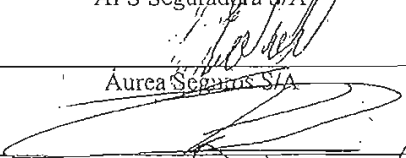

Presidente da Mesa

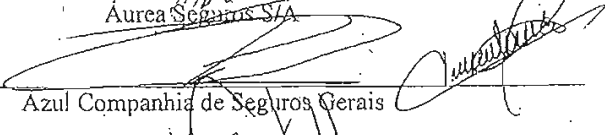

Secretário da Mesa

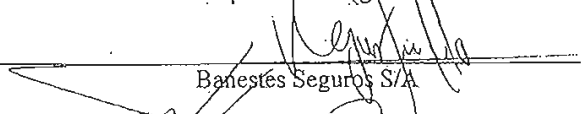

ACE Seguradora S/A

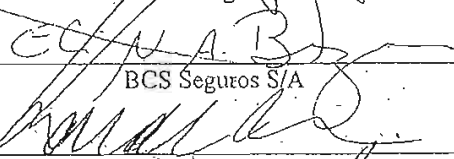

American Life Companhia de Seguros

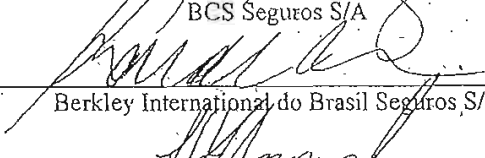

APS Seguradora S/A

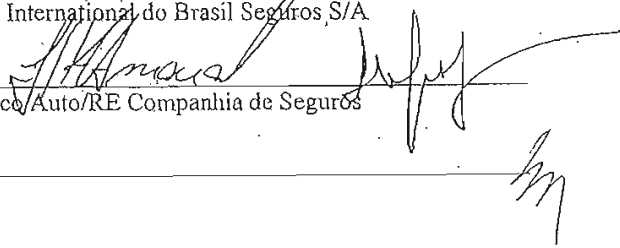

Aurea Seguros S/A


Azul Companhia de Seguros Gerais


Banestes Seguros S/A

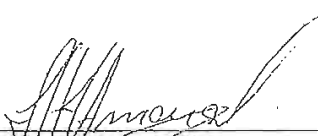

BCS Seguros S/A

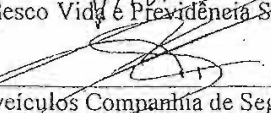

Berkley International do Brasil Seguros S/A

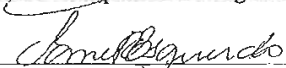

Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 16 de 20

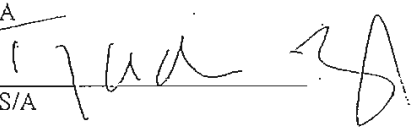


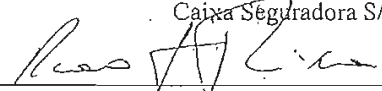

Bradesco Vida e Previdência S/A

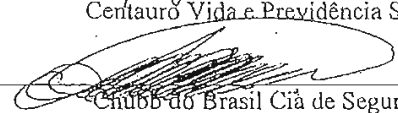

Brasilveículos Companhia de Seguros



BVA Seguros S/A

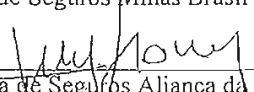
Thierry Claudon
Diretor-Presidente

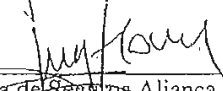

Caixa Seguradora S/A



Centauró Vida e Previdência S/A

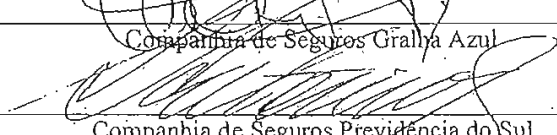

Chubb do Brasil Cia de Seguros

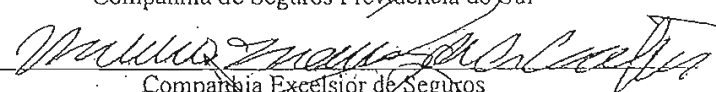

Cia de Seguros Minas Brasil

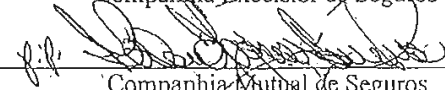

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

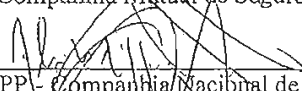

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

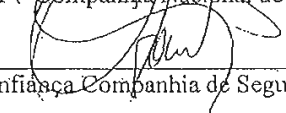

Companhia de Seguros Gralha Azul


Companhia de Seguros Previdência do Sul


Companhia Excelsior de Seguros


Companhia Mutual de Seguros


CONAPP- Companhia Nacional de Seguros


Confiança Companhia de Seguros

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 17 de 20



~~CDSP-SP Companhia de Seguros do Estado de São Paulo~~

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Finasa Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Gente Seguradora S/A

Gerling Sul América S/A - Seguros Industriais

Icatu Hartford Seguros S/A

Indiana Seguros S/A

Itaú Seguros S/A

Itaú Vida e Previdência S/A

J. Malucelli Seguradora S/A

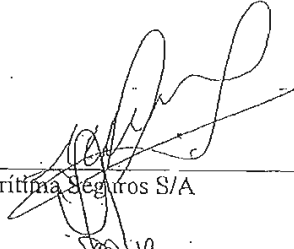
Java Nordeste Seguros S/A

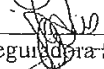
Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

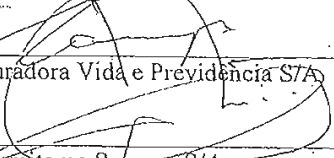
Mares-Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A

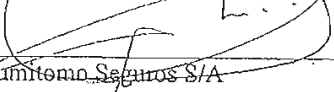
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 18 de 20

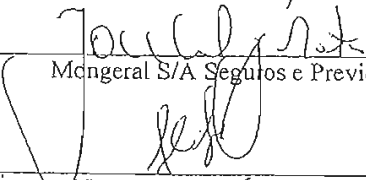


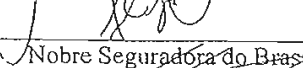

Marítima Seguros S/A

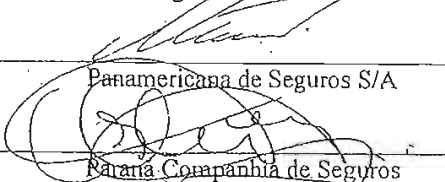

MBM Seguradora S/A

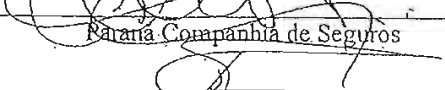

Minas-Brasil Seguradora Vida e Previdência S/A



Mitsui Sumitomo Seguros S/A

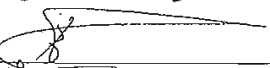

Mongeral S/A Seguros e Previdência

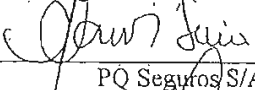

Nobre Seguradora do Brasil S/A

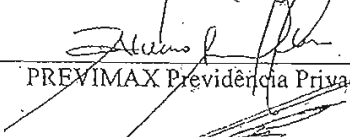

Panamericana de Seguros S/A

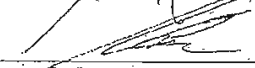

Paraná Companhia de Seguros

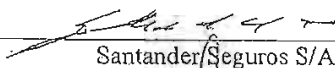

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

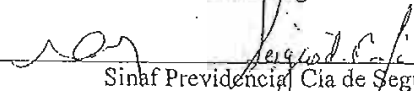

Porto Seguro Vida e Previdência S/A


PQ Seguros S/A


PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A


Safra Vida e Previdência S/A


Santander Seguros S/A


Sinaf Previdência Cia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 19 de 20



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: CONSORCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CONSORCIO DPVAT DO RJ

Protocolo: 00-2008/007838-8

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 18/01/2008 - E O REGISTRO SOB O N.º 14-1

DATA: 18/01/2008

33.5.0002214-1

Valéria Lima Serra
SECRETARIA GERAL

~~Sul American Companhia Nacional de Seguros~~

~~Sul America Seguros de Vida e Previdência S/A~~

Sulina Seguradora S/A

Tóquio Marine Brasil Seguradora S/A

Tóquio Marine Seguradora S/A

UBF Garantias & Seguros S/A

Unibanco AIG Seguros S/A - AIG BRASIL CIA DE SEGURANCA

Unibanco AIG Seguros S/A

Unibanco AIG Vida e Previdência S/A

Zurich Brasil Seguros S/A

Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização
Interveniente-Anuente

Testemunhas:

Qualificação Ricardo de Sá Azeiteiro Xavier
RG: 03.891.264-7 (Distrito 1557-RJ) CPF: 728.150.517-53

Qualificação Marcos Paulo de Souza
RG: 19.442.307-2 (SSP-SP)
CPF: 13.287.008-08

VISTO DE ADVOGADO
GUSTAVO FRANCO PACHECO
OAB/RJ 138.392
Gustavo Franco Pacheco
Advogado
OAB/RJ 138.392

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 20 de 20



Associações, Sociedades e Firmas

Odebrecht TransPort S.A.

NIRE 3330020263-2
JMF n° 11.547.787/0001-22

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Dia, hora e local: Em 13 de setembro do ano 2010, às 12 horas, na sede da Companhia, localizada na Praia de Botafogo, nº 300, 8º andar, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22250-400. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assistências lavradas nos livros de Presença de Acionistas. Convocação: Dispondo(a) 124, § 5º, da Lei nº 6.404/76. Mesa Diretora: Presidente da Assembleia: Profiler Maffei Marinho, Secretária: Deliberações: 1) Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos; conforme faculta o artigo 139, § 1º, da Lei nº 6.404/76; 2) Aprovado e redigido o Relatório da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizado em 16 de agosto de 2010, às 10 horas, para ser anexado ao "Integralmente subscritas e integralizadas pelo acionista Odebrecht S.A." ("COB"), mediante a conferência, em integração de capital, de bens de propriedade de referido acionista representados por: (I) ações de controle emitidas, expedidas e entregues a uma mil contos e treze após o registro das mesmas em nome do referido acionista e Roteiro dos Coqueiros: S.A., sociedade com sede em Cabo de Waud, no

Atas, Certidões e Demonstrações
Associações, Sociedades o Firmas.

Avisos, Editais e Termos	5
Associações, Sociedades e Firmas	5
Extrato de Documentos	7
Leilões Extrajudiciais	7
Órgãos de Representação Profissional	8

[illegible]

Id: 1040819

FMG EMPREENDIMENTOS HOSPITALARES S.A.

(Sociedade Anônima de Capital Fechado)

CNPJ/ME nº 30.499.826/0001-08 - NIRE 33.300.292.2

[illegible][illegible]

Id. 1040490

PROSPER S/A CORRETORA DE VALORES E CAMBIO
CNPJ nº 36.178.887/0001-50
NIRE nº 33300020182

[illegible]

1040916

SEGUROADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.
CNPJ/MF: nº 09.248.698/0001-04

CNPJ/MF: nº 09.248.608/0001-04
NIRE nº 33.20028470-6

NIRE Nº 33.3.0028479-6
ASSEMBLEIA CEBAL ORDIN

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2010. Data, Hora e Local: Aos 17 (dezoisete) dias do mês de março de 2010, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, edifício Itália, no Centro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20031-005, Convocação: O Diretor Presidente da Companhia, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nos dias 8, 9 e 10 de março de 2010, nas páginas 7, 8 e 9, e 14, respectivamente, e no Jornal Valor Econômico, nos dias 8, 9 e 10 de março de 2010, nas páginas 127, respectivamente. Publicações Prévias: O Relatório da Administração e o Relatório de Gestão 2009, disponibilizados nos portais dos órgãos Independentes, do Conselho de Administração e da Auditoria referidos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, foram publicados nas páginas 10 e 13 da edição de 26 de fevereiro de 2010 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nas páginas CE e 10 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro do "Jornal Valor Econômico", tudo na forma da Lei nº 6.404/76.

Supervisão dos Seguros Privados: Presenças: Os sócios representando mais de 2/3 (dois terços) da capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro do Livro de Atas das Assembleias da Companhia. Presenças Ricardo de Sá Accaiauw e Alexandre de Sá Accaiauw, ambos membros do Conselho de Administração, respectivamente Diretor-Presidente, e Diretor Elton Medeiros da Silva, e representante da empresa do auditor externo PricewaterhouseCoopers.



[illegible]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0812467-95.2016.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Parte Autora: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

Parte Ré: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO que decorreu o prazo concedido, sem que houvesse manifestação das partes acerca do laudo pericial.

Mossoró/RN, 14 de dezembro de 2016

MYLANE MARIA ALVES DE MELO

Auxiliar Técnico

CONCLUSÃO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM Juiz.

Mossoró/RN, 14 de dezembro de 2016

MYLANE MARIA ALVES DE MELO



Auxiliar Técnico



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, Mossoró - RN - CEP: 59625-410

0812467-95.2016.8.20.5106

AUTOR: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

EMENTA: DIREITO CIVIL – LEGISLAÇÃO ESPECIAL – PROCESSUAL CIVIL – SEGURO DPVAT – AÇÃO DE COBRANÇA – INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE INCOMPLETA – SITUAÇÃO QUE ENSEJA INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL À EXTENSÃO DAS PERDAS ANATÔMICAS OU FUNCIONAIS RESULTANTES DO ACIDENTE DE TRÂNSITO – PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO DO AUTOR – EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Vistos, etc.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Cobrança de Seguro DPVAT movida por JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ em desfavor de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., igualmente qualificado(a), almejando receber a importância de R\$ 13.500,00, referente a indenização do seguro DPVAT, pelo fato de ter sido vítima de acidente de trânsito em 08/03/2015, ficando com debilidade permanente.

Diz que, até agora, nada recebeu a título de indenização decorrente do referido acidente.

A inicial foi instruída com cópia do Boletim de ocorrência do acidente de trânsito e Laudos Médicos.

Pugnou pelo benefício da gratuidade da Justiça, o que foi deferido no despacho inaugural.

Devidamente citada a promovida ofereceu contestação, onde alega que a parte autora não trouxe o Laudo do IML, quantificando sua lesão.

No movimento pela conciliação nos processos relativos à cobrança de indenização do Seguro DPVAT, realizado em novembro de 2016, o(a) autor(a) foi examinado(a) pela Junta Médica que atuou naquele ato processual, sendo elaborado o Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes, encartado às fls. 26 dos autos, onde consta que, em razão do acidente, o(a) suplicante ficou com a(s) seguinte(s) lesão(ões) parcial(ais) permanente(s):

1) no tórax, com comprometimento de 10%.

É o relatório. Decido.



II – FUNDAMENTAÇÃO

Creio que o presente feito comporta a aplicação do julgamento antecipado da lide, uma vez que a tentativa de conciliação restou frustrada, e, por outro lado, as provas existentes nos autos, a meu ver, são mais do que suficientes para a correta elucidação de todas as questões trazidas à baila.

Do mérito:

Versa a presente demanda, em seu cerne, sobre o grau da incapacitação sofrida pelo autor em razão do acidente de trânsito narrado na petição inicial, e o conseqüente valor da indenização oriunda do seguro DPVAT.

De início, destaco que o acidente aconteceu no dia 08/03/2015, quando já estava em vigor a Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008, que alterou os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 (Lei de Regência do Seguro DPVAT).

Pela alteração introduzida no art. 3º, o valor da indenização decorrente de invalidez permanente total ou parcial passou a ser apurado de acordo com a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, fazendo-se o enquadramento de cada caso em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela que passou a integrar, em forma de anexo, a norma disciplinadora do Seguro DPVAT.

A mencionada Medida Provisória foi, depois, em 05/06/2009, convertida na Lei nº 11.945/2009, com a mesma redação.

A propósito, vejamos como ficou a redação do art. 3º da Lei 6.194/74, após a edição da Medida Provisória 451/2008.

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso anterior, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de seqüelas residuais”.

A alteração implementada no art. 5º da Lei 6.194/74 foi no sentido de nomear o Instituto Medico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima como órgão competente para, no prazo de até noventa dias, fornecer o laudo com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

Destarte, pela nova formatação legal em vigor, não há que se falar em indenização no valor total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), quando a invalidez não for PERMANENTE e TOTAL.



No caso em disceptação, o Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes, acostado às fls. 26 dos autos, elaborado pelo Instituto Técnico-Científico de Polícia, realizado em novembro de 2016, indicou que o(a) demandante ficou com a(s) seguinte(s) debilidade(s) parcial(ais) permanente(s):

1) no tórax, com comprometimento de 10%.

Enquadramento da lesão:

Pela tabela instituída pela Lei 11.945/2009 (Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008), o comprometimento total do tórax deve ser indenizado com o valor correspondente a 100% do teto máximo da indenização do seguro DPVAT, ou seja, 100% de R\$ 13.500,00, que importa em R\$ 13.500,00.

Ocorre que a lesão do(a) autor(a) comprometeu apenas 10% da função do seu tórax, motivo pelo qual a indenização deve ser limitada a 10% do valor estipulado para o caso de comprometimento total, ou seja, 10% de R\$ 13.500,00, que resulta em R\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais).

Concluimos, pois, que a indenização devida a(o) demandante importa em **R\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais)**, valor este que deve ser acrescido de atualização monetária pelos índices do INPC/IBGE, a partir da propositura da ação, e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, não capitalizados, fluindo estes a partir da citação válida (Súmula 426/STJ).

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE, em parte, o pedido autoral, para CONDENAR a seguradora promovida a pagar a(o) promovente uma indenização no valor de R\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais), com acréscimos de atualização monetária e juros moratórios, nos termos explicitados na fundamentação deste decisum.

Como houve sucumbência recíproca, distribuo as custas, despesas processuais e honorários advocatícios, na proporção de 90% a cargo do(a) autor(a), ficando o restante (10%) a cargo da promovida, devendo ser feita a compensação prevista no art. 86, do CPC.

Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, devidamente atualizado, em consonância com o disposto no art. 85, § 2º, do CPC, ficando esclarecido que a execução da verba honorária, no que diz respeito a(o) promovente, fica sujeita ao disposto no art. 98, § 2º do CPC, uma vez que o(a) autor(a) é beneficiário(a) da Justiça gratuita.

Ficam os patronos de ambas as partes cientificados de que, nos termos do artigo 1º da Portaria Conjunta nº 255/2015-GDF, após a fase de conhecimento e, não havendo o cumprimento voluntário da sentença, caberá ao interessado, por meio de seu advogado, providenciar o ajuizamento e cadastro do pedido de cumprimento de sentença no PJE, e deverá ser inserido: I - pedido de cumprimento/execução de sentença; II - memória atualizada e discriminada da dívida(no caso de condenação em quantia certa); III - petição inicial; IV - contestação; V - sentença(s) e acordão(ões); VI - certidão de trânsito em julgado; VII - procuração e/ou substabelecimento de procuração; VIII - documentos pessoais, com a nomenclatura do documento inserido (por exemplo: RG, CPF, CNH, etc).

Após o trânsito em julgado, e pagas as custas, archive-se, com a baixa respectiva, podendo os autos físicos ser desarquivados com vistas à obtenção de cópias para instrução da fase executiva, o que já fica deferido, caso seja promovido o pedido por advogado devidamente habilitado.



Publique-se. Registre-se. Intime.

Mossoró/RN, 8 de fevereiro de 2017

José Herval Sampaio Júnior

Juiz de Direito

(Documento assinado digitalmente, na forma da Lei 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, Mossoró - RN - CEP: 59625-410

0812467-95.2016.8.20.5106

AUTOR: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

EMENTA: DIREITO CIVIL – LEGISLAÇÃO ESPECIAL – PROCESSUAL CIVIL – SEGURO DPVAT – AÇÃO DE COBRANÇA – INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE INCOMPLETA – SITUAÇÃO QUE ENSEJA INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL À EXTENSÃO DAS PERDAS ANATÔMICAS OU FUNCIONAIS RESULTANTES DO ACIDENTE DE TRÂNSITO – PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO DO AUTOR – EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Vistos, etc.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Cobrança de Seguro DPVAT movida por JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ em desfavor de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., igualmente qualificado(a), almejando receber a importância de R\$ 13.500,00, referente a indenização do seguro DPVAT, pelo fato de ter sido vítima de acidente de trânsito em 08/03/2015, ficando com debilidade permanente.

Diz que, até agora, nada recebeu a título de indenização decorrente do referido acidente.

A inicial foi instruída com cópia do Boletim de ocorrência do acidente de trânsito e Laudos Médicos.

Pugnou pelo benefício da gratuidade da Justiça, o que foi deferido no despacho inaugural.

Devidamente citada a promovida ofereceu contestação, onde alega que a parte autora não trouxe o Laudo do IML, quantificando sua lesão.

No movimento pela conciliação nos processos relativos à cobrança de indenização do Seguro DPVAT, realizado em novembro de 2016, o(a) autor(a) foi examinado(a) pela Junta Médica que atuou naquele ato processual, sendo elaborado o Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes, encartado às fls. 26 dos autos, onde consta que, em razão do acidente, o(a) suplicante ficou com a(s) seguinte(s) lesão(ões) parcial(ais) permanente(s):

1) no tórax, com comprometimento de 10%.

É o relatório. Decido.



II – FUNDAMENTAÇÃO

Creio que o presente feito comporta a aplicação do julgamento antecipado da lide, uma vez que a tentativa de conciliação restou frustrada, e, por outro lado, as provas existentes nos autos, a meu ver, são mais do que suficientes para a correta elucidação de todas as questões trazidas à baila.

Do mérito:

Versa a presente demanda, em seu cerne, sobre o grau da incapacitação sofrida pelo autor em razão do acidente de trânsito narrado na petição inicial, e o conseqüente valor da indenização oriunda do seguro DPVAT.

De início, destaco que o acidente aconteceu no dia 08/03/2015, quando já estava em vigor a Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008, que alterou os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 (Lei de Regência do Seguro DPVAT).

Pela alteração introduzida no art. 3º, o valor da indenização decorrente de invalidez permanente total ou parcial passou a ser apurado de acordo com a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, fazendo-se o enquadramento de cada caso em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela que passou a integrar, em forma de anexo, a norma disciplinadora do Seguro DPVAT.

A mencionada Medida Provisória foi, depois, em 05/06/2009, convertida na Lei nº 11.945/2009, com a mesma redação.

A propósito, vejamos como ficou a redação do art. 3º da Lei 6.194/74, após a edição da Medida Provisória 451/2008.

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso anterior, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de seqüelas residuais”.

A alteração implementada no art. 5º da Lei 6.194/74 foi no sentido de nomear o Instituto Medico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima como órgão competente para, no prazo de até noventa dias, fornecer o laudo com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

Destarte, pela nova formatação legal em vigor, não há que se falar em indenização no valor total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), quando a invalidez não for PERMANENTE e TOTAL.



No caso em disceptação, o Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes, acostado às fls. 26 dos autos, elaborado pelo Instituto Técnico-Científico de Polícia, realizado em novembro de 2016, indicou que o(a) demandante ficou com a(s) seguinte(s) debilidade(s) parcial(ais) permanente(s):

1) no tórax, com comprometimento de 10%.

Enquadramento da lesão:

Pela tabela instituída pela Lei 11.945/2009 (Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008), o comprometimento total do tórax deve ser indenizado com o valor correspondente a 100% do teto máximo da indenização do seguro DPVAT, ou seja, 100% de R\$ 13.500,00, que importa em R\$ 13.500,00.

Ocorre que a lesão do(a) autor(a) comprometeu apenas 10% da função do seu tórax, motivo pelo qual a indenização deve ser limitada a 10% do valor estipulado para o caso de comprometimento total, ou seja, 10% de R\$ 13.500,00, que resulta em R\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais).

Concluímos, pois, que a indenização devida a(o) demandante importa em **R\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais)**, valor este que deve ser acrescido de atualização monetária pelos índices do INPC/IBGE, a partir da propositura da ação, e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, não capitalizados, fluindo estes a partir da citação válida (Súmula 426/STJ).

III - DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE, em parte, o pedido autoral, para CONDENAR a seguradora promovida a pagar a(o) promovente uma indenização no valor de R\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais), com acréscimos de atualização monetária e juros moratórios, nos termos explicitados na fundamentação deste decisum.

Como houve sucumbência recíproca, distribuo as custas, despesas processuais e honorários advocatícios, na proporção de 90% a cargo do(a) autor(a), ficando o restante (10%) a cargo da promovida, devendo ser feita a compensação prevista no art. 86, do CPC.

Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, devidamente atualizado, em consonância com o disposto no art. 85, § 2º, do CPC, ficando esclarecido que a execução da verba honorária, no que diz respeito a(o) promovente, fica sujeita ao disposto no art. 98, § 2º do CPC, uma vez que o(a) autor(a) é beneficiário(a) da Justiça gratuita.

Ficam os patronos de ambas as partes cientificados de que, nos termos do artigo 1º da Portaria Conjunta nº 255/2015-GDF, após a fase de conhecimento e, não havendo o cumprimento voluntário da sentença, caberá ao interessado, por meio de seu advogado, providenciar o ajuizamento e cadastro do pedido de cumprimento de sentença no PJE, e deverá ser inserido: I - pedido de cumprimento/execução de sentença; II - memória atualizada e discriminada da dívida(no caso de condenação em quantia certa); III - petição inicial; IV - contestação; V - sentença(s) e acordão(ões); VI - certidão de trânsito em julgado; VII - procuração e/ou substabelecimento de procuração; VIII - documentos pessoais, com a nomenclatura do documento inserido (por exemplo: RG, CPF, CNH, etc).

Após o trânsito em julgado, e pagas as custas, archive-se, com a baixa respectiva, podendo os autos físicos ser desarquivados com vistas à obtenção de cópias para instrução da fase executiva, o que já fica deferido, caso seja promovido o pedido por advogado devidamente habilitado.



Publique-se. Registre-se. Intime.

Mossoró/RN, 8 de fevereiro de 2017

José Herval Sampaio Júnior

Juiz de Direito

(Documento assinado digitalmente, na forma da Lei 11.419/06)



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORÓ – RN

PROCESSO Nº 0812467-95.2016.8.20.5106

REQUERENTE: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

REQUERIDA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, por seus advogados infra signatários, requerer a juntada do comprovante de pagamento referente ao cumprimento de sentença, bem como das custas judiciais.

Tendo em vista que a requerida já adimpliu o valor total nos termos estabelecidos por este Douto Magistrado, requer que seja determinado a liberação do alvará judicial, e posterior arquivamento do processo.

Termos em que espera deferimento.

Natal/RN, 04 de abril de 2017

WILSON BELCHIOR

OAB/RN 768-A



ROCHA, MARINHO
E SALES
ADVOCADOS

ANASTACIO MARINHO
CAIO CESAR ROCHA
DEBORAH SALES
TIAGO ASFOR ROCHA
WILSON SALES BELCHIOR
AMAURY GOMES
ANA AMÉLIA RAMOS
ANA CAROLINNE DA SILVA
ANA JULIA SILVA
ANDRESSA FRANÇA
BÁRBARA ROCHA
BRENO PESSOA
CARLA LIMA
CAROLINA BEZERRA
CHIARA PIMENTA

CLÁUDIA ARRUDA
CRISTIANA FREITAS
CRISTIANE CARVALHO
DANIELLE LUCENA
DAVID ROCHA
EDUARDO FERREI
ÉLIDA LIMA MARTINS
ELORA FERNANDES
EMANUELLA PONTES
ÉRIKA NÓBREGA
EVELINE LIMA
FABIOLA FEIJÓ
FABIOLA FREITAS
FLÁVIA LINS
GLAUBER NUNES

HUGO MELO
ÍCARO REBOUÇAS
ILANA LIMA
JANIELLE SEVERO
JOÃO PIMENTEL
JULIANA MIRANDA
JÚLIO CABRAL
JUSSARA MAFRA
KAMILA CARVALHO
LARISSA MAIA
LARISSA SILVEIRA
LARISSA RODRIGUES
LAYLA MILENA
LEONARDO CAPISTRANO
LIANE OLIVEIRA

LUCAS ASFOR
LUCAS CAVALCANTE
MAGDA MADEIRA
MANOEL BURGOS
MARCELE ALENCAR
MÁRCIO MACIEL
MÁRCIO MOITINHO
MARCUS FREITAS
MARIELE BRAGANTE
MAYRA REGUEIRA
MIGUEL CORDEIRO
NATASHE MESQUITA
NATHALIA BARROS
NATHALIA RODRIGUES
NATHALY SOUZA

PATRICIA SANTOS
PAULO LUCENA
PEDRO CAMINHA
RAFAEL NOGUEIRA
RENAN REBOUÇAS
RENATO ARRUDA
ROBERTA PORTELA
RUAN CASTRO PAIVA
TATHIANNE LUIZ
VANESSA FREIRE
VÂNIA COSTA
WILTON GALVÃO

CONSULTOR:
MIN. PAULO GALLOTTI

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORÓ - RN**

PROCESSO Nº 0812467-95.2016.8.20.5106

REQUERENTE: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

REQUERIDA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, por seus advogados infra signatários, requerer a juntada do comprovante de pagamento referente ao cumprimento de sentença, bem como das custas judiciais.

Tendo em vista que a requerida já adimpliu o valor total nos termos estabelecidos por este Douto Magistrado, requer que seja determinado a liberação do alvará judicial, e posterior arquivamento do processo.

Termos em que espera deferimento.

Natal/RN, 04 de abril de 2017

WILSON BELCHIOR

OAB/RN 768-A





Índices e Cálculos na Web

TOP 200 FILMES

ATÉ 70% DE DESCONTO



Home

Cálculos

Séries históricas

Câmbio/ Moedas

Data/hora

Conversores

Artigos

Institucional

E-mail:

Senha:

OK

Cadastre-se

Esqueceu sua senha?

Central do Usuário

- Cálculos Financeiros
- Atualização monetária
- Cálculos de juros
- Planilha de débitos
- Planilha de reajuste de aluguéis e valores
- Planilha comparativa de reajustes
- Cálculos Judiciais
- Planilha de débitos judiciais
- Planilha de desapropriações
- Financiamento
- Série de pagamentos
- Planilha-Sistemas PRICE e SAC
- Habitacional CEF (Price/SAC/SACRE)

Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo			
Descrição do cálculo			
Valor Nominal	R\$ 1.350,00		
Indexador e metodologia de cálculo	ENCOGE (XI ENCONTRO) - Calculado pelo critério mês cheio.		
Período da correção	Abril/2015 a Março/2017		
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples		
Período dos juros	29/8/2016 a 21/3/2017		

Dados calculados			
Fator de correção do período	700 dias		1,145621
Percentual correspondente	700 dias		14,562080 %
Valor corrigido para 1/3/2017	(=)		R\$ 1.546,59
Juros(204 dias-7,00000%)	(+)		R\$ 108,26
Sub Total	(=)		R\$ 1.654,85
Valor total	(=)		R\$ 1.654,85

Meu Médico Não
Acreditou!

www.FIT-Turbo.com
Foram 30 Dias, e Um Truque Simples
Que Derreteu 28kg Sem Fazer Dieta!




Os melhores preços em
TVs, Smartphones, Notebooks
e muito mais.




Clique e Confira >


Publicidade




CADE



COMPRA ONLINE >



Tommy Hilfiger masculino



com até
60% de desconto

Quem somos

Contato


Termos de Uso

Nossos serviços são públicos e gratuitos.

Esclarecemos que nossos recursos se destinam a auxiliar o usuário na elaboração dos diversos cálculos aqui disponibilizados, que não devem prescindir de um profissional capacitado.

Apesar dos cuidados na coleta e manuseio, o DrCalc.net não se responsabiliza pelas informações e cálculos aqui disponibilizados, eximindo-se de quaisquer perdas, danos (diretos, indiretos ou incidentais), custos e lucros cessantes.

DrCalc.net / DrCalc.net.br - Todos os direitos reservados



Assinado eletronicamente por: WILSON SALES BELCHIOR - 04/04/2017 10:37:10
https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17040410365237900000009395352
Número do documento: 17040410365237900000009395352

21/03/2017 12:38

Num. 9940255 - Pág. 1



N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		03/04/2017	36	100103916121
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
03/04/2017	2200181	08124679520168205106	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
MOSSORO	4 VARA CIVEL MOSSORO	RÉU	1654,85	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídico	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ		Física	10583898408	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
FD0C03E9825A0D2F				





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0812467-95.2016.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Parte Autora: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

Parte Ré: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Com fundamento no art. 203, §4º, bem como no art 526, §1º, ambos do Código de Processo Civil, INTIMO a parte autora, por seu patrono, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do comprovante de depósito de ID 9940258, devendo, na oportunidade, dizer acerca da satisfação do crédito, com a advertência de que sua inércia ou não apresentação de cálculos do saldo remanescente questionado será presumida como satisfeita a pretensão.

Mossoró/RN, 19 de abril de 2017.

MYLANE MARIA ALVES DE MELO

Auxiliar Técnico





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0812467-95.2016.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Parte Autora: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

Parte Ré: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

Com fundamento no art. 203, §4º, bem como no art 526, §1º, ambos do Código de Processo Civil, INTIMO a parte autora, por seu patrono, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do comprovante de depósito de ID 9940258, devendo, na oportunidade, dizer acerca da satisfação do crédito, com a advertência de que sua inércia ou não apresentação de cálculos do saldo remanescente questionado será presumida como satisfeita a pretensão.

Mossoró/RN, 19 de abril de 2017.

MYLANE MARIA ALVES DE MELO

Auxiliar Técnico





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0812467-95.2016.8.20.5106

TERMO DE JUNTADA

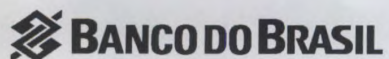
Nesta data, junto a estes autos o Ofício em frente.

Mossoró/RN, 24 de abril de 2017

MYLANE MARIA ALVES DE MELO

Auxiliar Técnico





MOSSORO (RN), 04 de Abril de 2017 .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a)

Informamos a V.Exa. que se encontra depositado valor neste Banco, à disposição desse Juízo, na conta judicial abaixo discriminada:

Processo n.º:	08124679520168205106
Reu:	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO
CPF/CNPJ:	09.248.608/0001-04
Autor:	JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ
CPF/CNPJ:	105.838.984-08
Valor original:	R\$ 1.654,85
Agência depositária:	36 - 1 MOSSORO
N.º da conta judicial:	100103916121
N.º da parcela:	1
Data do depósito:	03.04.2017
Depositante:	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

Respeitosamente,

Ráriton da Silva Ribeiro
Gerente Geral E. E.
Mat. 8.441.939-3

Banco do Brasil S.A.
MOSSORO
PCA.VIGARIO ANTONIO JOAQUIM,22
MOSSORO - RN .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito
4 VARA CIVEL MOSSORO
MOSSORO - RN .



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORO/RN**

Processo nº: 0812467-95.2016.8.20.5106

JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ, devidamente qualificado no processo em epígrafe, por seu advogado ao final assinado, vem à digna presença de Vossa Excelência, nos autos do processo em epígrafe, tendo em vista o pagamento realizado pela seguradora, **requerer a liberação da quantia vinculada ao presente feito, através de dois alvarás distintos, sendo um em favor da parte autora e outro em favor do patrono (sucumbência -10% e contratuais - 30%), consoante estipulado em contrato anexo (id 6585459).**

Nesses termos, pede deferimento.

Mossoró/RN, 25 de Abril de 2017.

THALES JOSÉ RÊGO DOS SANTOS

OAB/RN nº 11.500



JERONIMO AZEVEDO B. NETO

OAB/RN nº 12.096

MARCELO VITOR JALES RODRIGUES

OAB/RN nº 9732



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, Mossoró - RN - CEP: 59625-410

0812467-95.2016.8.20.5106

AUTOR: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, em fase de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

A parte ré, intimada para cumprir voluntariamente a sentença, depositou a importância de R\$ 1.654,85 (mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), conforme planilha acostada aos autos.

Por outro lado, intimada para se manifestar acerca do depósito realizado, a parte autora requereu a liberação da quantia vinculada ao presente feito, mediante a expedição de alvará(s) distintos, ou seja, um com o valor da condenação em favor da parte autora e outro referente aos honorários sucumbenciais e contratuais em favor do patrono da mesma.

Compulsando os autos, verifico que a demandada não depositou o valor referente aos honorários sucumbenciais, arbitrados no dispositivo sentencial.

Isto posto, intime-se a parte autora, por seu patrono, para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que for do seu interesse.

Int.

Mossoró/RN, 26 de julho de 2017

Manoel Padre Neto

Juiz de Direito

(Documento assinado digitalmente, na forma da Lei 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, Mossoró - RN - CEP: 59625-410

0812467-95.2016.8.20.5106

AUTOR: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, em fase de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

A parte ré, intimada para cumprir voluntariamente a sentença, depositou a importância de R\$ 1.654,85 (mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), conforme planilha acostada aos autos.

Por outro lado, intimada para se manifestar acerca do depósito realizado, a parte autora requereu a liberação da quantia vinculada ao presente feito, mediante a expedição de alvará(s) distintos, ou seja, um com o valor da condenação em favor da parte autora e outro referente aos honorários sucumbenciais e contratuais em favor do patrono da mesma.

Compulsando os autos, verifico que a demandada não depositou o valor referente aos honorários sucumbenciais, arbitrados no dispositivo sentencial.

Isto posto, intime-se a parte autora, por seu patrono, para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que for do seu interesse.

Int.

Mossoró/RN, 26 de julho de 2017

Manoel Padre Neto

Juiz de Direito

(Documento assinado digitalmente, na forma da Lei 11.419/06)



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORO/RN**

Processo nº: 0812467-95.2016.8.20.5106

JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ , devidamente qualificado no processo em epígrafe, por seu advogado ao final assinado, vem à digna presença de Vossa Excelência, nos autos do processo em epígrafe, tendo em vista que o pagamento realizado pela seguradora foi inferior ao mencionado no dispositivo sentencial, requerer a intimação da ré para completar a quantia referente aos honorários.

Nesses termos, pede deferimento.

Mossoró/RN, 04 de Agosto de 2017.

THALES JOSÉ RÊGO DOS SANTOS

OAB/RN nº 11.500

JERONIMO AZEVEDO B. NETO



OAB/RN nº 12.096

MARCELO VITOR JALES RODRIGUES

OAB/RN nº 9732



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

4ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, Mossoró - RN - CEP: 59625-410

0812467-95.2016.8.20.5106

AUTOR: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

A Resolução nº 29/2017-TJRN, de 09 de agosto de 2017, em seu art. 2º, inciso I, alterou a competência da 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, para, privativamente, processar e julgar feitos relacionados ao Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).

Isto posto, remetam-se estes autos ao Juízo da Sexta Vara Cível desta Comarca, com as cautelas legais e a necessária baixa na distribuição.

C u m p r a - s e .

Mossoró/RN, 14 de novembro de 2017

Manoel Padre Neto

Juiz de Direito

(documento assinado digitalmente, na forma da Lei nº 11.419/06)





Assinado eletronicamente por: MANOEL PADRE NETO - 14/11/2017 11:03:50

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17111411035017900000012428388>

Número do documento: 17111411035017900000012428388

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0812467-95.2016.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

AUTOR: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

D E S P A C H O

Intime-se a parte ré para complementar o depósito referente aos honorários sucumbenciais arbitrados no dispositivo sentencial, devendo acostar aos autos do processo o comprovante, no prazo de 15 (quinze) dias.

Após comprovação de depósito, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o que entender de direito.

P.I.

MOSSORÓ/RN, 24 de novembro de 2017

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PETIÇÃO DE HABILITAÇÃO

PROCURAÇÃO JUNTADA AOS AUTOS.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0812467-95.2016.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

AUTOR: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

D E S P A C H O

Intime-se a parte ré para complementar o depósito referente aos honorários sucumbenciais arbitrados no dispositivo sentencial, devendo acostar aos autos do processo o comprovante, no prazo de 15 (quinze) dias.

Após comprovação de depósito, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o que entender de direito.

P.I.

MOSSORÓ/RN, 24 de novembro de 2017

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORÓ – RN

PROCESSO Nº 0812467-95.2016.8.20.5106

REQUERENTE: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

REQUERIDA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVATAT, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, por seus advogados infra signatários, requerer a juntada do comprovante de pagamento referente aos honorários sucumbenciais.

Tendo em vista que a requerida já adimpliu o valor total nos termos estabelecidos por este Douto Magistrado, requer que seja determinado a liberação do alvará judicial, e posterior arquivamento do processo.

Termos em que espera deferimento.

Natal/RN, 18 de abril de 2018.

WILSON BELCHIOR

OAB/RN 7.68-A



ROCHA, MARINHO
E SALES
ADVOCADOS

ANASTACIO MARINHO
CAIO CESAR ROCHA
DEBORAH SALES
TIAGO ASFOR ROCHA
WILSON SALES BELCHIOR
AMAURY GOMES
ANA AMÉLIA RAMOS
ANA CAROLINNE DA SILVA
ANA JULIA SILVA
ANDRESSA FRANÇA
BÁRBARA ROCHA
BRENO PESSOA
CARLA LIMA
CAROLINA BEZERRA
CHIARA PIMENTA

CLÁUDIA ARRUDA
CRISTIANA FREITAS
CRISTIANE CARVALHO
DANIELLE LUCENA
DAVID ROCHA
EDUARDO FERREI
ÉLIDA LIMA MARTINS
ELORA FERNANDES
EMANUELLA PONTES
ÉRIKA NÓBREGA
EVELINE LIMA
FABIOLA FEIJÓ
FABIOLA FREITAS
FLÁVIA LINS
GLAUBER NUNES

HUGO MELO
ÍCARO REBOUÇAS
ILANA LIMA
JANIELLE SEVERO
JOÃO PIMENTEL
JULIANA MIRANDA
JÚLIO CABRAL
JUSSARA MAFRA
KAMILA CARVALHO
LARISSA MAIA
LARISSA SILVEIRA
LARISSA RODRIGUES
LAYLA MILENA
LEONARDO CAPISTRANO
LIANE OLIVEIRA

LUCAS ASFOR
LUCAS CAVALCANTE
MAGDA MADEIRA
MANOEL BURGOS
MARCELE ALENCAR
MÁRCIO MACIEL
MÁRCIO MOITINHO
MARCUS FREITAS
MARIELE BRAGANTE
MAYRA REGUEIRA
MIGUEL CORDEIRO
NATASHE MESQUITA
NATHALIA BARROS
NATHALIA RODRIGUES
NATHALY SOUZA

PATRICIA SANTOS
PAULO LUCENA
PEDRO CAMINHA
RAFAEL NOGUEIRA
RENAN REBOUÇAS
RENATO ARRUDA
ROBERTA PORTELA
RUAN CASTRO PAIVA
TATHIANNE LUIZ
VANESSA FREIRE
VÂNIA COSTA
WILTON GALVÃO

CONSULTOR:
MIN. PAULO GALLOTTI

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORÓ - RN**

PROCESSO Nº 0812467-95.2016.8.20.5106

REQUERENTE: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

REQUERIDA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVATAT, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, por seus advogados infra signatários, requerer a juntada do comprovante de pagamento referente aos honorários sucumbenciais.

Tendo em vista que a requerida já adimpliu o valor total nos termos estabelecidos por este Douto Magistrado, requer que seja determinado a liberação do alvará judicial, e posterior arquivamento do processo.

Termos em que espera deferimento.
Natal/RN, 18 de abril de 2018.

WILSON BELCHIOR

OAB/RN 7.68-A

www.rochamarinho.adv.br



Valor a ser pago referente aos honorários advocatícios:

Determinação sentença:

Como houve sucumbência recíproca, distribuo as custas, despesas processuais e honorários advocatícios, na proporção de 90% a cargo do(a) autor(a), ficando o restante (10%) a cargo da promovida, devendo ser feita a compensação prevista no art. 86, do CPC.

Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, devidamente atualizado, em consonância com o disposto no art. 85, § 2º, do CPC, ficando esclarecido que a execução da verba honorária, no que diz respeito a(o) promovente, fica sujeita ao disposto no art. 98, § 2º do CPC, uma vez que o(a) autor(a) é beneficiário(a) da Justiça gratuita.

Valor da causa atualizado:

Dá-se à causa o valor de **R\$ 13.500,00**.

Nesses termos, pede deferimento.

Mossoró/RN, 08 de Abril de 2016.

Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 13.500,00
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Junho/2016 a Março/2018
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	29/8/2016 a 4/4/2018

Dados calculados	
Fator de correção do período	638 dias 1,044267
Percentual correspondente	638 dias 4,426695 %
Valor corrigido para 1/3/2018	(=) R\$ 14.097,60
Juros(583 dias-20,000000%)	(+) R\$ 2.819,52
Sub Total	(=) R\$ 16.917,12
Valor total	(=) R\$ 16.917,12

- Valor dos 10% determinados de acordo com a sucumbência recíproca:

10% segundo determinação acima = 1.691,71

- Valor total dos honorários a serem pagos: (10% de 10% da sucumbência recíproca)

R\$ = 169,17





Assinado eletronicamente por: WILSON SALES BELCHIOR - 26/04/2018 11:35:32

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18042611353197800000023844425>

Número do documento: 18042611353197800000023844425



N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		04/04/2018	36	1200105002428
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
04/04/2018	2200181	08124679520168205106	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
MOSSORO	4 VARA CIVEL	RÉU	169,17	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídico	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ		Física	10583898408	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
C5F8EE01E508A402				





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0812467-95.2016.8.20.5106

C E R T I D ã O

CERTIFICO, em razão de meu ofício, que junto aos autos o ofício do Banco do Brasil, que segue em anexo.

MOSSORÓ/RN, 4 de maio de 2018

MICHEL VICTOR DAMASCENO RIBEIRO

Auxiliar Técnico

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)






MOSSORO (RN), 05 de Abril de 2018 .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a)

Informamos a V.Exa. que se encontra depositado valor neste Banco, à disposição desse Juízo, na conta judicial abaixo discriminada:

Processo n.º: **0812467/9520168205106**
Reu: **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO**
CPF/CNPJ: **09.248.608/0001-04**
Autor: **JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ**
CPF/CNPJ: **105.838.984-08**
Valor original: **R\$ 169,17**
Agência depositária: **36 - 1 MOSSORO**
N.º da conta judicial: **1200105002428**
N.º da parcela: **1**
Data do depósito: **04.04.2018**
Depositante: **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO**

Respeitosamente,


Ráriton da Silva Ribeiro
Gerente de Relacionamento
Mat. 8.441.939-3

Banco do Brasil S.A.
MOSSORO
PCA.VIGARIO ANTONIO JOAQUIM,22
MOSSORO - RN .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito
4 VARA CIVEL
MOSSORO - RN .



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA SEXTA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORO/RN**

Processo nº: 0812467-95.2016.8.20.5106

JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ, devidamente qualificado no processo em epígrafe, por seu advogado ao final assinado, vem à digna presença de Vossa Excelência, nos autos do processo em epígrafe, tendo em vista o pagamento realizado pela seguradora, **requerer a liberação da quantia vinculada ao presente feito, através de dois alvarás distintos, sendo um em favor da parte autora e outro em favor do patrono (sucumbência -10% e contratuais - 30%), consoante estipulado em contrato anexo (id 6585459).**

Nesses termos, pede deferimento.

Mossoró/RN, 10 de MAIO de 2018.

THALES JOSÉ RÊGO DOS SANTOS



OAB/RN nº 11.500

JERONIMO AZEVEDO B. NETO

OAB/RN nº 12.096

MARCELO VITOR JALES RODRIGUES

OAB/RN nº 9732



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0812467-95.2016.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Autor: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

D E S P A C H O

Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o que entender por direito.

P.I.

MOSSORÓ/RN, 7 de maio de 2018

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo: 0812467-95.2016.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)

Autor: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

D E S P A C H O

Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o que entender por direito.

P.I.

MOSSORÓ/RN, 7 de maio de 2018

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA SEXTA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORO/RN**

Processo nº: 0812467-95.2016.8.20.5106

JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ, devidamente qualificado no processo em epígrafe, por seu advogado ao final assinado, vem à digna presença de Vossa Excelência, nos autos do processo em epígrafe, tendo em vista o pagamento realizado pela seguradora, **requerer a liberação da quantia vinculada ao presente feito, através de dois alvarás distintos, sendo um em favor da parte autora e outro em favor do patrono (sucumbência -10% e contratuais - 30%), consoante estipulado em contrato anexo (id 6585459).**

Nesses termos, pede deferimento.

Mossoró/RN, 23 de MAIO de 2018.

THALES JOSÉ RÊGO DOS SANTOS



OAB/RN nº 11.500

JERONIMO AZEVEDO B. NETO

OAB/RN nº 12.096

MARCELO VITOR JALES RODRIGUES

OAB/RN nº 9732





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ- RN - CEP: 59625-410

Processo: 0812467-95.2016.8.20.5106

Autor: AUTOR: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

Réu: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos etc.

Trata-se de módulo de cumprimento de sentença em que o réu, cumpriu voluntariamente a obrigação pecuniária, tendo o autor anuído com o valor depositado.

Posto isso, aplicando-se o disposto no artigo 526, §3º do CPC, declaro satisfeita a obrigação, extinguindo-se o feito.

Expeça-se alvará de levantamento do depósito judicial em favor do autor e do seu advogado, incluindo neste último os honorários advocatícios contratuais(30%), e os sucumbenciais em observância ao valor depositado pela parte demandada, em ID. Núm. 24738491.

Após, archive-se com as devidas cautelas legais.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

MOSSORÓ/RN, 30 de julho de 2018

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE



Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente, na forma da Lei nº 11.419/2006)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

ALVARÁ JUDICIAL Nº 455/2018

PROCESSO Nº 0812467-95.2016.8.20.5106

AUTOR: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

A Doutor DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE, Juíza de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, na forma da lei e no uso de suas atribuições, etc.

Pelo presente Alvará, expedido nos autos da ação supra caracterizada, AUTORIZA o BANCO DO BRASIL S/A, pagar a JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ, CPF 105.838.984-08, a quantia de R\$ 1.158,40 (hum mil cento e cinquenta e oito reais e quarenta centavos), devidamente corrigida, e pagar a MARCELO VITOR JALES RODRIGUES, CPF 055.704.454-55, e/ou JERONIMO AZEVEDO BOLAO NETO, CPF 067.644.984-07, a quantia de R\$ 496,45 (quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e cinco centavos), devidamente corrigida, correspondente ao valor depositado em nome deste Juízo, sendo o primeiro pagamento referente à indenização do autor e o segundo aos honorários advocatícios contratuais (30%).

CONTA JUDICIAL OU GUIA DE DEPÓSITO N.º: 100103916121

OBS: Fica a instituição bancária ciente de que não poderá reter o valor a título de imposto de renda. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.

DADO E PASSADO nesta cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte. Eu, MICHEL VICTOR DAMASCENO RIBEIRO, Auxiliar Técnico, conferi e subscrevo.



MOSSORÓ/RN, 7 de agosto de 2018.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

ALVARÁ JUDICIAL Nº 456/2018

PROCESSO Nº 0812467-95.2016.8.20.5106

REQUERENTE: AUTOR: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

REQUERIDO: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

A Doutora DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE, Juíza de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, na forma da lei e no uso de suas atribuições, etc.

Pelo presente Alvará, expedido nos autos da ação supra caracterizada, AUTORIZA o BANCO DO BRASIL S/A, pagar a MARCELO VITOR JALES RODRIGUES, CPF 055.704.454-55, e/ou JERONIMO AZEVEDO BOLAO NETO, CPF 067.644.984-07, a quantia de R\$ 169,17 (cento e sessenta e nove reais e dezessete centavos), devidamente corrigida, correspondente ao valor depositado em nome deste Juízo, a título de honorários advocatícios sucumbenciais.

CONTA JUDICIAL N.º: 1200105002428

OBS: Fica a instituição bancária ciente de que não poderá reter o valor a título de imposto de renda. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.

DADO E PASSADO nesta cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte. Eu, MICHEL VICTOR DAMASCENO RIBEIRO, Auxiliar Técnico, conferi e subscrevo.



MOSSORÓ/RN, 7 de agosto de 2018.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ- RN - CEP: 59625-410

Processo: 0812467-95.2016.8.20.5106

Autor: AUTOR: JONATHAN MEDEIROS DA CRUZ

Réu: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos etc.

Trata-se de módulo de cumprimento de sentença em que o réu, cumpriu voluntariamente a obrigação pecuniária, tendo o autor anuído com o valor depositado.

Posto isso, aplicando-se o disposto no artigo 526, §3º do CPC, declaro satisfeita a obrigação, extinguindo-se o feito.

Expeça-se alvará de levantamento do depósito judicial em favor do autor e do seu advogado, incluindo neste último os honorários advocatícios contratuais(30%), e os sucumbenciais em observância ao valor depositado pela parte demandada, em ID. Núm. 24738491.

Após, archive-se com as devidas cautelas legais.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

MOSSORÓ/RN, 30 de julho de 2018

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE



Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente, na forma da Lei nº 11.419/2006)

